

Ata da 217ª Reunião Ordinária do Conselho  
Estadual de Saúde da Bahia (CES/BA)1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze no Auditório da Secretaria da Agricultura (SEAGRI), localizado na Av. Luis Viana Filho, 4ª Avenida, nº 405 - Centro Administrativo da Bahia – CAB, CEP: 41.745.002 Salvador/BA, com as presenças dos senhores membros do Conselho Estadual de Saúde: Ricardo Luís Dias Mendonça - Presidente, Beatrix Kunz, Déborah Dourado Lopes, Edson Morais de Oliveira – Secretário Adjunto, Eliane Araújo Simões, José Ponde Júnior, José Silvino Gonçalves dos Santos, Josivaldo de Jesus Gonçalves, Leonídia Laranjeiras Fernandes, Lílian Fátima Barbosa Marinho, Liliane Elze Falcão Lins Kusterer, Luís Delfino Mota Lopes, Marcos Antônio Almeida Sampaio, Maria Luíza Costa Câmara, Olívia Santos Pereira, Sílvio Roberto dos Anjos e Silva, Walney Magno de Souza, (Conselheiros Titulares). Antônio Fernando Pereira Falcão, Antônio Marcos Almeida Sampaio, Carlos Alberto Seixas Rio, Célia Maria Alexandria de Oliveira, Cícero Figueiredo Ribeiro, Gislene Villas Boas Torres da Silva, Jair Alves dos Santos, Júlio César Vieira Braga, Lázaro Ribeiro de Souza, Luís Eugênio Portela Fernandes de Souza, Lourani Maria Carneiro, Maeli Gomes de Oliveira, Maria do Carmo Brito de Morais, Rômulo José Valença Corrêa, Waldir Cerqueira dos Santos (Conselheiros Suplentes) e a Sra. Elisabete Lima de Morais – Secretária Executiva do CES, para a reunião do CES/BA. Às 9:42h o Senhor Presidente declarou aberta a sessão comunicando o falecimento do Presidente do Conselho do Tribunal de Contas do Estado, Zezéu Ribeiro, ex-Vereador da cidade do Salvador, ex-Deputado Federal do Estado da Bahia que muito havia contribuído, não somente para a cidade do Salvador, mas para o estado da Bahia e para o Brasil. Solicitou então que todos ficassem em pé e fizessem 01 minuto de silêncio em memória do conselheiro Zezéu Ribeiro. Colocou em apreciação a ata da 216ª Reunião Ordinária do CES que foi aprovada à unanimidade. Convidou o Sr. CÍCERO FIGUEIREDO RIBEIRO para compor o CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE - CES, como representante Suplente do Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado da Bahia SINDHOSBA, em substituição a JOSÉ SATURNINO RODRIGUES. Franqueou a palavra aos Senhores Conselheiros para fazerem as comunicações de suas entidades. O conselheiro Waldir Cerqueira dos Santos informou que no dia 20 de janeiro de 2015 o Governador Rui Costa havia baixado o decreto 15961 em relação à desapropriação do Hospital Espanhol. Ressaltou que seria necessário que na próxima reunião do CES tivesse um ponto de pauta, para que pudesse ouvir os esclarecimentos e se discutir a situação do referido hospital, o que o Governo tinha de planejamento para abertura imediata e resolver a situação da problemática do Hospital Espanhol. Informou ainda sobre algumas paralisações que vinha acontecendo em relação a algumas unidades do interior do estado da Bahia. E naquele dia se encontrava paralisada novamente a unidade do Dantas Bião. Na última reunião do CES havia feito um alerta para o Secretário, que havia prometido uma solução para esse problema, mas se repetiu, assim como a situação das unidades do município de Santo Amaro, como a Maternidade de Santo Amaro, e, a Maternidade José Maria de Magalhães Neto vinha repetindo a mesma situação. Isso vinha se arrastando desde a gestão passada, mas era o mesmo Governo, acreditava ser o mesmo projeto, e ficava desgastante para a sociedade e para os trabalhadores essas constantes paralisações por falta de repasse. “É uma precarização, acredito que vai chegar ao conhecimento do Secretário para que não fique se repetindo a cada início do mês. Essa situação das unidades do interior tem que ser olhada com mais carinho, seriedade, e que possamos discutir também na próxima reunião deste Conselho em um ponto de pauta, a situação do Hospital Espanhol. E depois dessa desapropriação, penso que o Governo tem que dar uma resposta boa à sociedade e aos trabalhadores.” A conselheira Beatrix Kunz informou que se estava em plena Campanha da Fraternidade iniciada na Quarta-Feira de Cinzas, cujo tema era *Fraternidade, Igreja e Sociedade* e o lema *Eu Vim para Servir*. No dia 08/02/2015 já houve um Seminário no Colégio Salete, onde havia se trabalhado essa campanha nos três aspectos: ver a realidade; julgar essa realidade e agir. Salientou que a finalidade da Igreja era de ordem religiosa, mas, por isso mesmo ela tinha uma missão essencialmente social. O Concílio Vaticano II há 50 anos já havia falado: não há realidade alguma verdadeira humana que não encontre o eco no coração da Igreja. “Essa campanha vai mexer com muitas pessoas; vai mexer com todos que fazem alguns trabalhos sociais, e uma ação concreta que a Igreja já faz sem a coleta de assinaturas para o projeto da Reforma Política Democrática e das Eleições Limpas. Já se coletou um grande número de assinaturas, mas estão continuando. Tem aqui algumas fichas para quem gostaria de assinar, são várias entidades que se associaram à CNBB para esse Projeto da Reforma Política Democrática.” Informou ainda que no dia 26/02/2015 aconteceria na Assembléia Legislativa às 14 horas, uma sessão especial sobre a Campanha da Fraternidade de 2015. A conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira informou que no dia 05/03/2015 as centrais sindicais e seus sindicatos estariam em uma marcha em Brasília, onde se estaria protestando contra o pacote fiscal que estava sendo enviado ao Congresso Nacional, e que feria frontalmente os direitos dos trabalhadores e da cidadania. “Somos contrários a uma Política ortodoxa neoliberal que vem

60 se instalando agora, onde se privilegia o superávit fiscal, o controle de metas de inflação e o câmbio  
61 flutuante que está derretendo inclusive a nossa moeda. Não é esse o tripé sagrado dos economistas  
62 neoliberais que queremos; o tripé que defendemos é: saúde, previdência e assistência social. E se há crises  
63 econômicas, não são trabalhadores, trabalhadoras e cidadãos que vão com seus parcos salários retirar,  
64 inclusive para que se faça um superávit primário para favorecer banqueiros nesse país. Se quer realmente  
65 uma reforma, vamos fazer uma Reforma Tributária taxando grande capital, os proprietários, os rentistas.  
66 Vamos fazer uma Reforma Política, onde possamos ter maioria no Congresso, e não um Congresso em  
67 que 70% estão sendo financiados por empresários e não estar representando em sua maioria os  
68 trabalhadores e trabalhadoras. Que se faça uma reavaliação dessa dívida, e que se procure inclusive mudar  
69 a forma de pagamento, e não penalizando pessoas, tirando direitos que foram arduamente conquistados há  
70 mais de 30 anos, em que conseguimos uma Constituição e nesse momento, a proposta com essa Medida  
71 Provisória é de que ela seja ferida na sua constitucionalidade.” O conselheiro Rômulo José Valença  
72 Corrêa comunicou que havia sido aprovado em nível federal, Ministério da Saúde, o Julho Amarelo. Ou  
73 seja, no mês de julho, os prédios em nível federal seriam iluminados com a cor amarela representando o  
74 combate às hepatites virais. “Assim como temos o Outubro Rosa representando o câncer de mama e o  
75 azul no mês de novembro representando o câncer de próstata, teremos o Julho Amarelo representando o  
76 combate às hepatites virais.” Disse que o Dr. Luís Eugênio havia sugerido que fosse colocado em pauta  
77 para na 218ª reunião o Conselho aprovar e reforçar em nível estadual, porque somente os prédios federais  
78 estariam iluminados de amarelo, mas, seria preciso se aprovar em nível estadual e municipal. A  
79 conselheira Maria do Carmo Brito de Moraes solicitou também que fosse pautada a discussão sobre os  
80 problemas do Hospital Espanhol, bem como todos os problemas relacionados à questão dos trabalhadores.  
81 Disse que o Conselho é o espaço de debate; tem todas as questões que dizem respeito à questão de saúde,  
82 trabalhadores, tinha que ter passado pelo pleno do Conselho que era o espaço mais legítimo. O  
83 conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva informou que o SINDSAUDE havia participado de uma  
84 audiência realizada naquela semana com o Secretário de Relações Institucionais, onde foi apresentada a  
85 pauta dos trabalhadores públicos do estado da Bahia, para dar início às negociações com relação a questão  
86 salarial que até aquele momento o Governo não havia se pronunciado. O Secretário havia garantido o  
87 cumprimento da pauta que levava a questão no que dizia respeito ao parcelamento da inflação. Havia  
88 ficado garantido que se o reajuste fosse contemplado à inflação, não haveria parcelamento, como também  
89 a garantia de que nenhum trabalhador público do estado da Bahia teria um salário inferior a um salário  
90 mínimo como vinha sendo cumprido. Foi uma audiência, onde o diálogo havia ficado bem tratado, bem  
91 como a abertura da mesa central de negociação, a mesa permanente que sempre havia existido e as mesas  
92 setoriais onde trataria das questões de cada ramo de atividade. Informou ainda que o SINDSAUDE havia  
93 participado de uma reunião no Hospital Roberto Santos e era importante que o CES encaminhasse isso,  
94 em que o Hospital Roberto Santos estava encaminhando uma relação de 280 trabalhadores que estavam  
95 solicitando extensão de carga horária, não por uma questão pura e simples de ter um acréscimo salarial,  
96 mas também porque naquele hospital as pessoas estavam dobrando o serviço por conta de déficit de  
97 pessoal e estava sendo encaminhado. Havia uma questão complicada no hospital que a Secretaria da  
98 Saúde, e Dr. Luís Eugênio estava ali representando a mesma e deveria encaminhar, que o Hospital  
99 Roberto Santos vinha criando uma série de dificuldades para liberação das licenças dos trabalhadores. “A  
100 licença prêmio é um direito garantido no Estatuto do Servidor Público.” Comunicou que o SINDSAUDE  
101 realizaria uma manifestação no dia 05/03/2015 pela manhã na Assembléia Legislativa, e seria importante  
102 a presença de todos, cobrando todo esse processo de reajuste, bem como a garantia da progressão da  
103 promoção e tratamento da Unidade Real de Valor (URV) que há muito tempo o Governo não se  
104 pronunciava em relação a isso. Destacou que a Auditoria estava em uma situação da necessidade da  
105 indicação dos membros dos cargos da mesma. “A gestão indica ou deixar para que os trabalhadores da  
106 Auditoria elejam seus representantes enquanto cargos que estavam vagos e cria uma complicação, porque  
107 os trabalhadores ficam na indecisão do que fazer e como fazer.” O conselheiro Josivaldo de Jesus  
108 Gonçalves informou que no dia 02/02/2015 havia sido realizada uma reunião com as representações dos  
109 prefeitos, com o Prefeito de Itabuna e o Secretário Municipal de Saúde, juntamente com o pessoal da  
110 Regulação, para tratar a questão do Comando Único, como havia ficado acordado no CES. Disse que na  
111 reunião foi tratada a questão dos repasses que estavam vindo reduzidos pelo Ministério da Saúde e a  
112 proposta de que o Estado pudesse estar aportando mais recursos para amenizar a situação do município.  
113 Ficou acordado que o Estado estaria comprando alguns serviços da Santa Casa e do Day Horc, e no dia  
114 23/02/2015 houve uma nova reunião junto com o Secretário de Saúde do Estado, o Prefeito do município,  
115 Secretário de Saúde do município, representação da Santa Casa e vice-Prefeito, ficando acordado que o  
116 Estado aportaria R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) de serviços, justamente nessa linha de comprar  
117 serviços da Santa Casa e Day Horc, já listados que serviços são pelo município de Itabuna. “Foi dado um  
118 passo importante para tentar amenizar o sofrimento da população, e enquanto isso continuará as  
119 negociações junto ao Ministério da Saúde, para resolver de uma vez por todas a questão do teto do

120 Comando Único, antiga plena, para que possamos ter uma paz no município e que a saúde melhore um  
121 pouco.” Anunciou a presença dos conselheiros municipais de Itabuna, o Sr. Jurandir e o vice-presidente,  
122 Sr. Francisco, ressaltando que todo mês levava ali um conselheiro diferente para acompanhar a reunião  
123 ordinária do CES. Comunicou também que estava sendo lançada a campanha salarial 2015 com o tema  
124 “PCCR Mobilizar para Avançar”. O conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos informou que todas  
125 as obras do Hospital das Clínicas se encontravam interrompidas, e isso causava um prejuízo muito  
126 grande, tanto para os usuários quanto para o ensino da Medicina no estado da Bahia como no Brasil.  
127 Salientou que seria preciso pautar essa situação, porque alguns serviços que eram prestados à comunidade  
128 foram suspensos por conta das obras, onde muitas delas já se arrastavam por mais de 02 anos e havia um  
129 prejuízo muito grande, não somente para os usuários como para a Medicina a suspensão desses serviços.  
130 Colocou que no final de semana antes do Carnaval havia tomado conhecimento que havia um paciente  
131 aguardando regulação para um procedimento cardíaco de emergência no Hospital do Subúrbio, e a família  
132 foi pressionada a levar esse paciente para casa, porque precisava esvaziar o hospital. “Essa situação não é  
133 suportável, precisamos ouvir a direção do Hospital do Subúrbio que usa dessa metodologia para agir  
134 dessa forma, e esse paciente que estava regulado acabou fazendo a cirurgia, porque era urgente e precisou  
135 incomodar a folga do Sr. Saturnino para intervir nisso. Se o paciente fosse para casa certamente teria ido a  
136 óbito. Precisamos tirar daqui um posicionamento desse Conselho.” Informou que também representava o  
137 Conselho no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da SESAB, e tinha ouvido relatos de que no Hospital  
138 Geral do Estado (HGE), os estudantes tinham muitas dificuldades em ter acesso na realização de  
139 pesquisas naquela unidade. “E é uma unidade importante para pesquisa, porque a violência que ocorre na  
140 cidade acaba desembocando ali, e precisa desses dados do hospital para poder desenvolver políticas que  
141 possam melhorar. E há uma preocupação da nossa entidade que é a questão do aumento da violência no  
142 estado da Bahia; o aumento de assassinatos de pessoas, tanto aquelas que estão exercendo suas funções,  
143 como os policiais quanto os cidadãos, e só para lembrar: os 12 assassinatos no bairro da Engomadeira,  
144 então, é uma nota de preocupação que a entidade tem.” A conselheira Leonídia Laranjeira Fernandes  
145 registrou a presença do Sr. Antônio Sobrinho Capila, representando a Mesa Nacional de Negociação do  
146 SUS, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores do SINDPUF federal, representando  
147 também o Sindicato dos Servidores Públicos Federais (SINDSEF) e as DIRES do interior da Bahia.  
148 Informou que no dia 25/02/2015 houve o lançamento da campanha dos trabalhadores do serviço público  
149 federal no INSS; no dia 04/03/2015 às 09 horas estaria ocorrendo uma audiência pública promovida pelo  
150 SINDSEF na Câmara dos Vereadores de Serrinha, e como estava no Projeto Março Mulher no mês de  
151 março, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) estaria realizando o 4º Encontro Estadual nos dias 04 e  
152 05/03/2015, sendo que no primeiro dia seria no SINDPREV e no segundo dia seria no SINDPETRO. E  
153 do dia 27 a 09/03/2015 estaria ocorrendo o 8º Encontro Nacional de Mulheres da CUT em Brasília. A  
154 conselheira Eliane Araújo Simões colocou que levava ali como conselheira a mesma preocupação dos  
155 companheiros Waldir e Maria do Carmo, e aproveitava ali a presença do Dr. Luís Eugênio para dizer que  
156 as entidades preocupadas com a situação do Hospital Espanhol estavam entregando ainda naquele dia um  
157 documento ao CES e à SESAB em relação à questão do funcionamento do referido hospital. Tratava-se  
158 de uma urgência, e também solicitaria à Mesa Coordenadora uma pauta sobre o referido assunto. “Os  
159 nossos trabalhadores dispensados estão aí aguardando a finalização das suas rescisões trabalhistas, e ainda  
160 temos uma situação muito mais grave que são os 280 leitos a menos na atenção à saúde desta população  
161 que está aí clemente por saúde. Não esquecendo que desses leitos, 50% pertenciam ao Sistema Único de  
162 Saúde, ou seja, eram atendimentos feitos ao SUS. Essa é uma situação a ser esclarecida, sobre como  
163 ficará o restabelecimento dessa unidade hospitalar, e como ficará a situação desses trabalhadores. É algo  
164 urgente para ser pautado e discutido aqui dentro deste Conselho Estadual de Saúde. Pedimos de forma  
165 urgente que essa situação aconteça, e não vamos nos furtar de fazer esse debate, essa discussão aqui.” A  
166 conselheira Déborah Dourado Lopes informou que na programação anual das ações de atividades de  
167 auditoria para o componente federal no estado da Bahia, foram pensadas duas ações integradas  
168 envolvendo componente municipal de Salvador e o componente estadual. Disse que essa ação estava  
169 sendo programada para ser realizada em março com a participação de 02 auditores do Estado, 02  
170 auditores do município de Salvador e 02 auditores do Serviço de Auditoria da Bahia SEAUD-Ba, que  
171 seria uma auditoria no setor de urgência do Hospital Roberto Santos. Era uma iniciativa de começar a  
172 fortalecer ações integradas de Auditoria, já que tinha os 03 componentes, e como havia falado na reunião  
173 passada que a Bahia era uma referência nacional, porque tanto o município de Salvador quanto o Estado  
174 eram auditores de carreira e isso era muito importante. Agradeceu a toda parceria na pessoa da Diretora,  
175 Dra. Conceição do Estado e Dra. Viviane no município de Salvador. Esperar que elas realmente  
176 pudessem se fortalecer, que esse plano piloto fosse uma referência para Salvador e Bahia, e tinha uma  
177 perspectiva de trabalhar na questão do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP) que não  
178 poderia enxergar a Auditoria, a não ser de forma integrada ou compartilhada. “Agradecer mais uma vez  
179 ao componente estadual e ao componente municipal por essa realização.” O conselheiro Marcos Antônio

180 Almeida Sampaio comunicou que na BAHIAFARMA havia empresas terceirizadas que não pagavam os  
181 salários há três meses aos seus funcionários. “Não posso falar de outros setores, porque não houve  
182 nenhum trabalhador ou trabalhadora que conversou comigo nesse sentido, mas, penso que deveria ser  
183 considerado um crime hediondo, o trabalhador trabalhar durante 30 dias, e quando chega o 5º dia útil de  
184 trabalho, onde o salário deveria cair na conta, onde também é o motivo para que ele se dedique mais, ele  
185 ter a certeza que no final do mês o salário vai estar na conta, e há três meses esses trabalhadores estão sem  
186 receber os salários. Como a fala do Secretário aqui foi no sentido de que a SESAB não iria atrasar; iria  
187 manter em dia todos os seus pagamentos, queria colocar que o Conselho Estadual pudesse acompanhar  
188 isso dentro dessas empresas terceirizadas no setor da saúde, pois quando atrasa o salário, o usuário tem  
189 que ter uma leitura clara: atrasou o salário, tem impacto na assistência à saúde. Chamo a atenção do Luís  
190 Eugênio, do Subsecretário Badaró, dos outros membros da SESAB, porque repudio extremamente essa  
191 ação, que o trabalhador esteja lá todos os dias prestando assistência à população, prestando seus serviços,  
192 e chega no 5º dia útil o trabalhador não percebe o seu salário. O trabalhador que não recebe seu salário  
193 tem algo mais grave: ele não consegue fornecer ou dar assistência à saúde ao outro, porque ele não está  
194 bem com a sua saúde. Queria que vocês dessem atenção a isso, para que não víssemos essa história de 03,  
195 04 meses sem salários nem tickets.” A conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho comentou sobre a  
196 chacina do Cabula no qual 12 jovens pretos, pobres, assassinados nesse bairro não poderia passar em  
197 branco no Conselho de Saúde. Destacou que representava a Rede Nacional Feminista, e ainda que se  
198 tivesse uma grande pauta voltada para a saúde das mulheres, se entendia que, se o Sistema Único de  
199 Saúde não funcionava nada funcionaria. “Está bom, cada qual aqui vem defender o seu pedaço, mas, se o  
200 Sistema Único de Saúde não funciona, iremos ficar paralisados apenas levantando nossas bandeiras. Mas,  
201 a proximidade do dia 08 de Março que é o Dia Internacional da Mulher, sempre nos convoca a fazer  
202 algumas reflexões, que por questão de tempo não poderei aqui fazê-las, mas, lembrar que a saúde da  
203 mulher precisa ser olhada com cuidado.” Informou que vinha acontecendo, tanto no plano nacional  
204 quanto no plano estadual, e não saberia falar, porque não se tinha notícias no plano municipal, um  
205 recrudescimento das pautas e no que havia avançado, não somente no Brasil como na América Latina.  
206 “Temos sido novamente reduzidas, e falo isso com as aspas que merecemos, a nossa condição de uma  
207 mulher que tem útero e que um útero grávido precisa ser cuidado.” Disse que estava falando ali da Rede  
208 Cegonha que vinha deixando a desejar, haja vista a morte de 05 crianças que foram noticiadas em Cruz  
209 das Almas, o que falava a favor de uma vulnerabilidade, do ponto de vista da gestão, da assistência às  
210 mulheres, e às crianças que vieram a falecer. “Isso não poderia passar em branco, assim como vou ficar  
211 lembrando a questão da auditoria que foi feita e que até hoje não tivemos respostas, daquele parto que  
212 ocorreu em Santo Amaro na rua por ocasião da greve dos policiais.” Liliene Elze Falcão Lins Kusterer  
213 informou que no dia 27/02/2015 haveria um encontro com a Coordenação Nacional de Saúde Bucal, e  
214 seria um encontro de cirurgiões dentistas e gestores da Bahia, onde se teria a participação da SESAB,  
215 Atenção Básica, Coordenação de Saúde Bucal e Coordenação Regional do Programa Nacional de  
216 Melhoria do Acesso e da Qualidade (PMAQ). Seria discutida tanto a Atenção Básica quanto a Média  
217 Complexidade, e naquela tarde haveria uma reunião com a Diretoria do Hospital das Clínicas justamente  
218 para abordar a questão da Alta Complexidade na Odontologia. “Temos uma Residência Multiprofissional,  
219 onde a Odontologia Hospitalar é extremamente atuante, e está se tendo muita relevância, o Ministério da  
220 Saúde quer fazer esse investimento porque pode se evitar muitas complicações sistêmicas em pacientes  
221 internados, quanto se tem a intervenção da Odontologia Hospitalar. Estaremos reforçando os nossos  
222 serviços da Odontologia Hospitalar hoje à tarde com a Coordenação Nacional de Saúde Bucal, e  
223 esperamos poder ampliar no HUPES e contribuir para o avanço nacional.” O conselheiro Antônio  
224 Fernando Pereira Falcão parabenizou a Comissão Intergestores Bipartite pela edição da Portaria nº 05,  
225 onde felizmente a Saúde Bucal havia sido contemplada. E na visão de que a Saúde Bucal deveria ser  
226 contemplada, reiterava e reafirmava mais uma vez no CES, que não se fazia saúde sem Saúde Bucal. E  
227 haja vista disso foi a participação dos cirurgiões dentistas no Carnaval de Salvador, onde muitos não  
228 queriam que houvesse essa participação. Lembrou que a face é o segmento do corpo humano mais  
229 vulnerável aos traumas, e se o cirurgião dentista não estivesse nos grandes eventos de massa, quem daria  
230 suporte e atenção a esses politraumatizados? E mais ainda: quando esses colegas quisessem participar,  
231 que não houvesse cerceamento do direito da participação. “Democratizem, por favor, os senhores outros,  
232 membros da área da saúde, o acesso do cirurgião dentista a esses eventos.” Comentou sobre a reforma do  
233 Centro Especializado em Diagnóstico, Assistência e Pesquisa (CEDAP), pois este estava expondo os  
234 profissionais cirurgiões dentistas e todos os demais profissionais da área da saúde a riscos de  
235 contaminação ambiental, pela discordância, pelo que era levado a cabo naquela unidade de prestação de  
236 saúde, ensino e pesquisa. O conselheiro Júlio César Vieira Braga colocou que se sensibilizava com cada  
237 um dos casos individuais descritos ali, não somente de pessoas, usuários, categorias, classes, Movimento  
238 Feminista, Movimento Negro, representantes de trabalhadores, mas, poderia ser feito um pouco mais de  
239 coisas que afetassem toda a comunidade. “Temos capacidade de lutar por algumas coisas que envolvam

240 todas essas pessoas que são citadas, todos esses casos individuais. Uma das possibilidades que perdemos  
241 foi a luta pelo melhor financiamento à saúde pelo Governo Federal. Nos omitimos, depois da última  
242 reunião do Conselho Estadual de Saúde passei algumas mensagens pedindo a participação e manifestação  
243 de todos, e me sinto realmente constrangido em dizer que não vi essa manifestação, esse acolhimento,  
244 esse eco, que reflete na hora de pagar o salário atrasado e evitar o fechamento de hospital A, B, C ou D.”  
245 Disse que havia procurado saber, olhar na internet, inclusive nas unidades, nos Conselhos e não havia  
246 visto nenhum. “Outras profissões de saúde, nenhum tinha isso e Conselho Federal de Medicina foi o  
247 único órgão que vi se manifestar publicamente e fazer campanha para evitar essa coisa que a Presidência  
248 da República conseguiu junto com representantes do Governo Federal, incluir na emenda do orçamento  
249 impositivo, e esse Conselho não se manifestou contrário a essa emenda.” Ressaltou que haveria uma  
250 redução nos investimentos federais nos anos seguintes, e o CES defendendo A, B, C ou D esquecia de  
251 defender todos muitas vezes, o que seria essencial essa nota. Disse que depois de aprovado, o Conselho  
252 Nacional de Saúde se pronunciado e emitido uma nota contrária, mas isso depois de passado o  
253 evento. “Foi lamentável, porque entrei inclusive no site do Conselho Nacional de Saúde e não houve essa  
254 manifestação. Então, teremos redução no investimento federal em saúde nos próximos anos. Depois de  
255 alguns anos vai se repor, porque foi uma coisa gradual, mas isso é crítico, vai envolver todos aqui.”  
256 Enfatizou que quando se falava em atraso de salários, se poderia imaginar que isso não iria melhorar. Era  
257 lamentável, crítico, hediondo, mas, tinha que lembrar que isso vinha do Governo passado. Havia sido dito  
258 ali, saído na imprensa, o rombo que a Secretaria de Saúde havia recebido de quase R\$500.000.000,00  
259 (quinhentos milhões de reais), e era realmente lamentável essa situação. Esclareceu que na fiscalização da  
260 prática médica que muitas vezes era discutida e se ouvia falar, o Conselho Regional de Medicina  
261 fiscalizava a prática do médico. Do falso médico, charlatão, o referido Conselho não tinha o poder de  
262 investigar, bem como as unidades, aí ficaria a cargo da Secretaria da Saúde, e inclusive havia muitas  
263 unidades dos serviços públicos de saúde que não tinham diretores técnicos definidos. “Às vezes não  
264 temos nem por onde começar uma apuração, porque o Posto de Saúde, a UPA, o hospital, não tem diretor  
265 médico para intimarmos e pedir prontuário.” Solicitou que a Secretaria de Saúde regularizasse essa  
266 situação, porque não era a prática da Secretaria ter em todas as unidades um diretor técnico para que se  
267 pudesse fazer a fiscalização. O conselheiro Luis Delfino Mota Lopes solicitou que fosse pautado um  
268 debate com o Fundo Estadual de Saúde da Bahia (FESBA) a fim de se discutir o atraso nos pagamentos  
269 dos prestadores. Disse que o salário dos funcionários de toda a classe de saúde da rede privada também  
270 estava atrasado, e o SUS estava sendo pago naquele dia no estado da Bahia. “Queria que o FESBA viesse  
271 nos explicar onde está o problema, o que está acontecendo. A classe médica está sofrendo; os  
272 trabalhadores da saúde da rede privada estão sofrendo, pois vão receber o salário do mês passado a partir  
273 de hoje, e toda a população de forma geral. Aqui está o Dr. Badaró, Luís Eugênio, colega de Conselho, e  
274 gostaria de saber o que está acontecendo, onde está o problema, se em nível de Bahia ou Brasil. Gostaria  
275 de debater aqui e até encaminhar sugestões, aonde poderemos ir, em que porta devemos bater e como  
276 deve ser debatido.” Comentou que vinha do interior, da região do sisal, cidade de Valente que ficava a  
277 350Km de Salvador, estava o colega ali Cícero que havia tomado posse naquele dia em substituição ao  
278 conselheiro Rodrigues, estaria sempre em parceria frequentando o CES e vinha de Remanso, cerca de  
279 700Km de Salvador para colaborar também com o debate. Relatou que no interior às vezes passava por  
280 perplexidades, pois estava em uma situação como médico, e somente em uma terça-feira havia chegado  
281 10 casos de pessoas entrando no consultório com dificuldades. Havia começado a fazer o diagnóstico há  
282 pouco tempo da Chikungunya que na sua cidade estava terrível. A SESAB já havia ido até lá, feito uma  
283 reunião muito proveitosa, onde ele havia participado. Parabenizou a equipe da SESAB e da  
284 Epidemiologia que estavam presentes, lhe esclarecendo coisas que não conhecia. “Sou formado há 30  
285 anos, essa doença chegou ao Brasil agora, e para mim foi um estímulo estar reunido com o pessoal da  
286 SESAB e estou lá para colaborar. Porém, penso que os principais criadores estavam nas residências, nos  
287 tanques e reservatórios de água. Talvez uma campanha de cobrir melhor esses reservatórios com tela de  
288 nylon, é uma sugestão em nível de gestão da epidemiologia com relação a isso. Sinto que não é o pneu  
289 nem a garrafa, mas, os tanques que estão descobertos, e sinto que podemos fazer uma campanha nesse  
290 sentido para combater a Chikungunya no seu nascedouro, porque o povo está sofrendo, o idoso está  
291 sofrendo, a criança está sofrendo dores terríveis. É o que vejo quando chegam ao consultório.” O  
292 conselheiro Luis Eugênio Portela Fernandes de Souza justificou a ausência do Secretário Fábio Vilas  
293 Boas, alegando que o mesmo se encontrava em Brasília, na reunião da Comissão Intergestores Tripartite  
294 (CIT) na representação do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). Anunciou a presença  
295 no pleno do Subsecretário de Saúde, Dr. Badaró; Superintendente da Atenção Integral à Saúde, Dr.  
296 Mateus; Superintendente de Recursos Humanos, Dra. Joana Pinheiro e Diretora de Aquisições, Dra.  
297 Gabriele. Atendendo a própria solicitação do CES, colocou que o Dr. Mateus havia lhe passado algumas  
298 informações sobre o investimento, a participação da Secretaria da Saúde no Carnaval de 2015. A SESAB,  
299 o Governo do Estado havia investido R\$3.000.000,00 (três milhões) no Carnaval 2015, incluindo as

300 atividades nas unidades de saúde, os plantões, as campanhas de prevenção da doença e promoção da  
301 saúde, ações de doação de sangue e órgãos. Enfatizou que havia sido 1.470 postos de trabalho envolvendo  
302 680 trabalhadores nesse período do Carnaval, sendo distribuídas cerca de 4 milhões de camisinhas para  
303 prevenção das DST/AIDS. Informou que havia anotado todas as questões levadas pelos conselheiros,  
304 onde estaria encaminhando para os diversos setores da SESAB, e se possível enviar os informes para os  
305 conselheiros por e-mail, antes mesmo da reunião seguinte, a fim de dar notícias aos conselheiros das  
306 ações que estavam sendo feitas em relação a cada um desses temas. O Senhor Presidente solicitou que os  
307 conselheiros encaminhassem à Secretaria Executiva para que fosse encaminhado à SESAB, tudo que foi  
308 ali notificado e falado por eles. Informou que existia uma comissão, onde participava o conselheiro  
309 Josivaldo, o conselheiro Walney e o conselheiro André, que era a situação do repasse de Itabuna. E  
310 gostaria que eles encaminhassem para a Mesa um relatório para que constasse no site do Conselho  
311 Estadual de Saúde, e também para que fosse divulgado a todos os conselheiros as reuniões que estivessem  
312 acontecendo no município. Justificou a ausência da conselheira Isadora Maia, alegando que a mesma  
313 estava participando de uma reunião de Plenária do Conselho Nacional de Saúde em Brasília. Registrou a  
314 presença no pleno do ex-conselheiro Moysés Toniolo; da Presidente do Conselho Regional de  
315 Enfermagem (COREN), Luíza Castro; alguns sindicatos, como o Sindicato dos Enfermeiros, Sindicato  
316 dos Psicólogos, Sindicato dos Assistentes Sociais e do Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde,  
317 Djalma. Passou a palavra para a Sra. Elisabete Lima de Moraes – Secretária Executiva do CES para que  
318 fizesse a leitura das Comunicações da SESAB. **COMUNICAÇÕES DA SESAB (GESTÃO):** 1.  
319 Cumprindo a Portaria/GM nº 1074 de 29/05/2008, que aprova o Manual de Cooperação Técnica e  
320 Financeira por meio de Convênios, no seu capítulo 5, item 5.3, comunico a este Conselho, que  
321 solicitaremos ao Ministério da Saúde a Prorrogação da Vigência do Convênio Federal nº 1770/2008,  
322 tendo como objeto: “CURSO SOBRE – PROJETO DE ESTRATÉGIAS PARA QUALIFICAÇÃO DA  
323 GESTÃO DO SUS BAHIA” – DA EESP, no valor total de R\$ 2.268.972,00 (dois milhões, duzentos e  
324 sessenta e oito mil, novecentos e setenta e dois reais); 2. Cumprindo a Portaria/GM nº 1074 de  
325 29/05/2008, que aprova o Manual de Cooperação Técnica e Financeira por meio de Convênios, no seu  
326 capítulo 5, item 5.3, comunico a este Conselho, que solicitaremos ao Ministério da Saúde a Prorrogação  
327 da Vigência do Convênio Federal nº 2406/2007, tendo como objeto: “AQUISIÇÃO DE  
328 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE, ESTUDO E INFORMATIZAR O CENTRO DE  
329 REFERÊNCIA EM SAÚDE DO IDOSO” – CREASI, no valor total de R\$ 194.000,00 (cento e noventa e  
330 quatro mil reais); 3. Cumprindo a Portaria/GM nº 1074 de 29/05/2008, que aprova o Manual de  
331 Cooperação Técnica e Financeira por meio de Convênios, no seu capítulo 5, item 5.3, comunico a este  
332 Conselho, que solicitaremos ao Ministério da Saúde a Prorrogação da Vigência do Convênio Federal nº  
333 2211/2008, tendo como objeto: “AMPLIAÇÃO, REFORMA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E  
334 MATERIAIS PERMANENTES HOSPITAL GERAL CLÉRISTON ANDRADE, HOSPITAL LUIZ  
335 VIANA FILHO E HOSPITAL GERAL D VITÓRIA DA CONQUISTA”, no valor total de R\$  
336 19.337.222,64 (dezenove milhões trezentos e trinta e sete mil e duzentos e vinte e dois reais e sessenta e  
337 quatro). A Comissão Intergestores Bipartite da Bahia – CIB apresenta as seguintes resoluções aprovadas  
338 no seu âmbito para conhecimento deste Conselho Estadual de Saúde – CES. **AS RESOLUÇÕES FORAM**  
339 **ENVIADAS NA ÍNTEGRA PARA O E-MAIL DOS (AS) SENHORES (AS) CONSELHEIROS (AS).** 1.  
340 **RESOLUÇÃO CIB Nº 001/2015 - Credenciamento do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF, no**  
341 **Município de Jiquiriçá. 2. RESOLUÇÃO CIB Nº 002/2015 - Alteração de categoria profissional do**  
342 **Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF Tipo I, no Município de Teolândia. 3. RESOLUÇÃO CIB**  
343 **Nº 003/2015 - Alteração de carga horária da equipe de Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF Tipo**  
344 **I, no Município de São Gonçalo dos Campos. 4. RESOLUÇÃO CIB Nº 004/2015 - Credenciamento de**  
345 **Equipe de Saúde da Família – ESF no Município de Catolândia. 5. RESOLUÇÃO CIB Nº 005/2015 -**  
346 **Credenciamento de Equipes de Saúde Bucal – ESB nos Municípios de Angical, Catolândia, Maetinga e**  
347 **Poções. 6. RESOLUÇÃO CIB Nº 006/2015 - Credenciamento de Agentes Comunitários de Saúde – ACS**  
348 **no Município de Laje. 7. RESOLUÇÃO CIB Nº 007/2015 - Incentivo financeiro de custeio mensal ao**  
349 **Departamento de Atenção Básica (DAB/SAS/MS), para manutenção do Núcleo de Telessaúde da Bahia.**  
350 **8. RESOLUÇÃO CIB Nº 008/2015 - Aprova o Componente de Atenção Domiciliar – AD da Rede de**  
351 **Atenção às Urgências do Município de Senhor do Bonfim. 9. RESOLUÇÃO Nº 009/2015 - Emissão de**  
352 **parecer favorável ao credenciamento de Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, nos Municípios de**  
353 **Mirangaba e Serrinha. 10. RESOLUÇÃO Nº 010/2015 - No âmbito da Vigilância em Saúde, a**  
354 **implantação e manutenção das ações e serviços públicos estratégicos do Programa Academia da Saúde, a**  
355 **ser executado pela Secretaria Municipal de Saúde de Itanhém, conforme Termo de Compromisso**  
356 **assinado pelo gestor. 11. RESOLUÇÃO CIB Nº 011/2015 - Regimento Interno da Comissão Intergestores**  
357 **Bipartite e das Comissões Intergestores Regionais do Estado da Bahia. 12. RESOLUÇÃO CIB Nº**  
358 **012/2015 - Mudança da forma de repasse do recurso federal referente à contrapartida da Assistência**  
359 **Farmacêutica Básica de municípios do Estado da Bahia, do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos**

360 Municipais de Saúde. A conselheira Eliane Araújo Simões fez referência à Resolução CIB nº 11 que fala  
361 sobre Regimento Interno da Comissão Intergestores Bipartite e das Comissões Intergestores Regionais do  
362 Estado da Bahia, solicitando que a Mesa Diretora da CIB fosse apresentar ao CES as modificações  
363 relativas ao referido Regimento. Por que essas mudanças, que mudanças eram essas, e queria saber como  
364 ficava essa relação CIB/CES, lembrando que o CES era uma instância deliberativa maior que a CIB. A  
365 conselheira Leonídia Laranjeira Fernandes mencionou ter sido contemplada com a fala da conselheira  
366 Eliane Simões. A conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho colocou que comunicado não se discutia,  
367 mas, como havia feito reiteradas vezes algum comentário com relação às comunicações relacionadas à  
368 prorrogação de convênios, cabia ali dizer: que bom que o corpo técnico da Secretaria de Saúde do Estado  
369 havia começado a dar informações mais detalhadas sobre a prorrogação de convênios, e isso era  
370 importante. Inclusive, no dia anterior no e-mail do Conselho havia respondido a isso, contudo, lhe cabia  
371 fazer um pequeno comentário: se tratava de convênios do ano de 2007, 2008, e aquela velha questão que  
372 colocava, onde o que foi orçado à época já não representava o mesmo valor. “Para pegar o último item  
373 aqui do Hospital Clériston, os R\$194.000,00 (cento e noventa e quatro mil) do Centro de Referência à  
374 Saúde do Idoso e os R\$2.000.000,00 (dois milhões) para projetos de estratégias para qualificação da  
375 gestão já não representam o mesmo. Estou fazendo essa pergunta aqui: quantos convênios ainda de 2007,  
376 2008 permanecem nessa situação? Ou seja, de não execução, porque conversando aqui com Déborah me  
377 foi falado que convênios que estão há mais de 05 anos em vigor serão revistos; serão acompanhados de  
378 perto para que possam ser finalizados, e nos cabe comentar.” Destacou a Resolução nº 02, onde propunha  
379 a alteração de categoria profissional no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) de Teolândia. E lá  
380 dizia que retirava um Médico Ginecologista, um Médico Psiquiatra, uma Nutricionista, e incluía novos  
381 profissionais, como Psicólogo e Serviço Social. “Em nenhum momento quero dizer que essas categorias  
382 não são importantes, mas gostaria de saber por que um Médico Ginecologista, um Médico Psiquiatra está  
383 sendo retirado da equipe, está sendo alterado. Isso é uma questão que considero importante para a  
384 execução da Política de Saúde Mental, da Política de Saúde Nutricional, da Política de Saúde da Mulher e  
385 tudo mais.” Destacou ainda a Resolução nº 11 que falava do Regimento Interno, porque no seu artigo 3º  
386 dizia que a CIB era uma instância deliberativa no âmbito estadual. Disse que sem dúvida alguma havia  
387 um choque de competências que cabia ao CES resolver, e no Conselho Estadual a Mesa Diretora já havia  
388 pautado uma reunião entre CES e CIB, no qual havia ficado claro que o Conselho teria que cuidar dessa  
389 relação. A CIB tinha suas competências, bem como o Conselho Estadual de Saúde, e cabia a este  
390 deliberar sobre a Política no âmbito do Estado e não a CIB, da forma que estava colocada no seu  
391 entendimento que era curto, por isso cabia explicações e isso estava ferindo. O conselheiro Silvio Roberto  
392 dos Anjos e Silva anunciou que estavam presentes no pleno todas as Diretorias Regionais de Saúde  
393 (DIRES), a Diretora do SINDSAUDE, Natalice, e outros diretores que não se recordava os nomes.  
394 Comentou que se voltaria a uma discussão que sempre tinha sido um impasse, que era a questão da  
395 relação CIB e CES até porque, eram cobrados por qualquer aprovação, seja CIB ou CES. “Enquanto  
396 conselheiros somos cobrados por isso, e de repente as coisas são postas apenas para apreciação. O  
397 Conselho vai continuar com isso apenas para apreciação? Inclusive fiz questão de não participar da  
398 comissão que acompanhava a CIB, porque não iria me permitir a participar de um processo em que não  
399 tivesse o poder de votar e deliberar. Devemos trazer essa discussão para o Conselho, principalmente  
400 quando traz alteração no Regimento da CIB. Não estamos aqui apenas para ser participantes de um  
401 processo que não podemos deliberar, até porque o Conselho é a maior instância deliberativa do Sistema  
402 Único de Saúde.” O conselheiro Júlio César Vieira Braga mencionou que faria coro à fala da conselheira  
403 Eliane sobre a Resolução CIB nº11, destacando que no regulamento, em nenhum momento a CIB fazia  
404 referência ao Conselho Estadual, não poderia ser contraditória. “Penso que talvez isso fosse resolvido  
405 com essa colocação dessa observação. São deliberativos, conquanto não sejam contraditórios às  
406 Resoluções do Conselho Estadual de Saúde. Se simplesmente ela virar uma entidade consultiva, também  
407 não tem sentido uma CIB que não resolve nada, não tem poder de decisão. Penso que tem que ter poder  
408 de decisão. Cada órgão tem que ter dentro de sua responsabilidade seu poder de decisão, então, quando  
409 estamos discutindo essa situação temos que dar autonomia à CIB para negociar e deliberar. Tem aí outros  
410 conflitos de interpretação do que é deliberar, desfazer contrato, desfazer acordo, penso que isso também  
411 não é papel do Conselho Estadual ficar tirando poder simplesmente e desfazendo acordos que foram  
412 feitos em outras instâncias, digamos assim, de poder, representativas, que tenham tomado decisões que  
413 não sejam antagônicas ao Conselho Estadual. Se não é antagônica, não tem porque o Conselho Estadual  
414 dizer: *não, agora não quero que seja assim, desfça o contrato aí, porque não quero.*” O conselheiro  
415 Luis Delfino Mota Lopes colocou que a questão de CIB e CES já havia sido pautada no Conselho,  
416 debatida, concluída, sendo fechado mais ou menos como seria o processo. O que se entendia? Vinha a  
417 Resolução para o Conselho que às vezes a CIB tomava como a questão dos profissionais que havia sido  
418 trocados, e a CIB só fazia acatar o que o município queria. Citou como exemplo a cidade de Remanso que  
419 não tinha Ginecologista disponível, e entre eles, o Conselho Municipal de Saúde, a gestão municipal,

420 pedia à CIB para substituir um Médico Ginecologista que era muito importante para aquela comunidade  
421 porque não dispunha desse profissional, por outro profissional que serviria ao Sistema SUS. Se não  
422 existia um CAPS por perto, seria bom ter um Psicólogo, porque o município precisava de um profissional  
423 desses. Era uma decisão tomada no município e a CIB homologava. “Participo das reuniões da CIB como  
424 membro do Conselho e estou entendendo que a mesma está deliberando de forma correta. Porém, se tem  
425 uma Resolução que entra em choque com que o Conselho considera o correto, tudo bem, vamos colocar  
426 essa Resolução CIB, questionar e pedir uma reavaliação dessa decisão. Estamos em uma instância  
427 superior para isso. Se tem algo na CIB que não concordamos, pedimos intervenção, reavaliação e estudo  
428 desse caso que estamos achando absurdo. Como conselheiro, não estou me sentindo em momento algum  
429 desprestigiado pela CIB, pois penso que cada um está cumprindo o seu papel.” Destacou que já havia sido  
430 relator das contas e havia convênios de locais no interior da Bahia que nunca havia realizado. 10 anos, a  
431 Prefeitura havia recebido o dinheiro, não fez o Posto de Saúde e nada mais. No entanto, solicitava à  
432 SESAB, à gestão, que olhasse com cuidado os convênios 2007 e 2008, o que estava acontecendo, pois  
433 esses convênios há tanto tempo com obras que não terminavam e a população sofrendo no Hospital das  
434 Clínicas. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio salientou que estava em um momento na  
435 Bahia e no Brasil dos conselheiros chamarem os Conselhos no geral para fazer uma discussão sobre o seu  
436 papel enquanto órgão deliberativo. “Precisamos fazer uma rediscussão, inclusive porque isso se estende  
437 aos Conselhos Municipais (CMS) hoje. Precisamos rediscutir e pactuar o que representa esses espaços e  
438 também o que nos representa hoje dentro dos municípios e algumas situações no estado e no país. Existe a  
439 lei de que isso passa pelo Conselho e não passa, porque existem as brechas desses colegiados que acabam  
440 pactuando. Precisamos começar a trazer aqui debates de quais são os papéis de cada ente, essas  
441 pactuações, porque muitas delas envolvem os municípios, e o ideal é que antes de serem pactuadas na  
442 CIB deveriam ser fruto de discussões dentro do município e não há nenhum tipo de discussão dentro do  
443 mesmo.” Ressaltou que a CIB pactuava, chegava ao CES como conhecimento, e acreditava que seria  
444 devido sair da sua linha de conforto receber ali sempre para dar conhecimento e buscar uma estratégia  
445 para se ter uma maior influência lá dentro. Quem não tinha influência só receberia os informes apenas  
446 para dar conhecimento, pois o que se fazia ali era apenas assinar embaixo. Depois que chegasse ali sendo  
447 colocado na ata que tinha sido dado o conhecimento ao CES, automaticamente já assinavam embaixo, o  
448 que seria preciso era estabelecer um fluxo de discussão prévia e dizer: olha, vocês discutiram e não  
449 tivemos acesso ao projeto nem a discussão dessa pactuação, e quando chega aqui Senhor Presidente, onde  
450 coloco com todo respeito que ganhamos, porque tomamos conhecimento e colocamos para fora a nossa  
451 insatisfação, mas se não tivermos poder de influência acabamos comprometendo boa parte da reunião, no  
452 que está posto. Se não se mobilizassem para mudar o que estava posto não haveria nenhuma influência de  
453 mudança e acabava gastando um bom tempo da reunião, onde se tinha outras pautas que precisavam ser  
454 discutidas dentro de algo, onde o poder de mudança era pouco. “Acredito que precisamos fazer uma  
455 discussão aproveitando esse ano de Conferência dentro das Conferências, qual é o nosso papel  
456 deliberativo e o que deve passar pelos Conselhos ou não.” Registrou a presença dos integrantes do Centro  
457 Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) no pleno. A conselheira Olívia Santos Pereira pontuou a falta de  
458 continuidade nos encaminhamentos do CES, pois as pessoas faziam denúncias, o conselheiro havia falado  
459 ali sobre a questão da verba, e como se encaminharia aquilo? Que solução era vista? Seriam Moções?  
460 Eram reuniões intercomissionais para ver o que cada comissão estava fazendo e o andamento de cada  
461 coisa. “Não podemos funcionar de reunião em reunião, uma vez por mês apressadamente, porque é muita  
462 coisa, o volume é grande, o tempo corre e temos que aprovar.” Destacou que a questão da CIB era antiga,  
463 e seria preciso desburocratizar. “É verdade, creio que as coisas têm que ser encaminhadas e eles também  
464 devem sentir a necessidade da desburocratização, mas exercer o Controle Social em um Governo  
465 democrático dá trabalho. Então vamos ter que discutir, aprovar, e ao mesmo tempo se preocupar com essa  
466 questão do encaminhamento das coisas. Aqui foi denunciado, por exemplo, a morte de jovens, a questão  
467 da cobrança das mortes das crianças em Cruz das Almas, e aí? Daqui a pouco termina a reunião e qual  
468 encaminhamento será dado a isso? Então, essa continua sendo a minha preocupação, penso que talvez  
469 isso seja uma proposta para aumentar a influência do CES lá dentro, mas também como conselheira não  
470 me sinto confortável em vir aqui só para aprovar, ler as Resoluções, aprova ou não. Temos que tirar  
471 algum encaminhamento aqui hoje, nem que seja uma comissão para discutir a forma de melhorar as  
472 coisas e aprendermos juntos a exercer o Controle Social em um governo democrático.” O Senhor  
473 Presidente informou que todas as demandas dos conselheiros e de qualquer entidade que chegavam ao  
474 CES eram dada encaminhamento e levada a resposta. E com relação à questão da CIB havia uma  
475 comissão de conselheiros que participavam, quando eram aprovadas lá e havendo qualquer dúvida já  
476 poderia se produzir um documento relatando para os conselheiros o que estava acontecendo. Esse era o  
477 processo que havia começado a desenvolver ali para levar as dúvidas, ser uma instância propositiva e  
478 dizer: “olha, isso aqui está errado, precisamos consertar e propor.” Com relação às Resoluções da CIB,  
479 disse que todas eram encaminhadas para os Conselhos Municipais, que tinha por obrigação legal através

480 da Lei Complementar na sua Prestação de Contas, nas suas pactuações serem discutidas. Sabia como  
481 estava funcionando na Bahia afora alguns Conselhos Municipais de Saúde, realmente não estavam  
482 discutindo a questão da pactuação, do que estava sendo resolvido e estava vindo a reboque. “Acho que  
483 temos um papel importante, e é ano de Conferência para estarmos nesses 417 municípios chamando a  
484 responsabilidade dos conselheiros municipais, principalmente da gestão, do seu papel na saúde, para que  
485 possamos avançar e também democratizar e fazer realmente o Controle do Sistema Único de Saúde.  
486 Penso que daí conseguiremos avançar.” Informou que o conselheiro Sílvio havia feito uma solicitação à  
487 Mesa para que fosse feita uma inversão de pauta, portanto, gostaria que o conselheiro Sílvio se  
488 pronunciasse no pleno do CES. O conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva colocou que havia  
489 solicitado essa inversão de pauta porque haviam muitas pessoas das DIRES que tinham a necessidade de  
490 um retorno imediato, porque várias pessoas moravam bem distante de Salvador. Também haveria o ponto  
491 de pauta tratando da Conferência Estadual de Saúde e depois a eleição para a Plenária, que tudo dizia  
492 respeito à Conferência. Portanto, seria tratada a apresentação do projeto de Regionalização e depois seria  
493 discutida a questão da Conferência Estadual de Saúde. O Senhor Presidente perguntou aos conselheiros se  
494 todos estavam de acordo, onde todos concordaram. Então, passou a palavra para a Sra. Joana Molesini  
495 para fazer a apresentação da Lei 13.204 de 11 de dezembro de 2014. Destacou ainda que o conselheiro  
496 Marcos que participava da Comissão de Regionalização estava ali presente e também falaria sobre o que a  
497 Comissão vinha produzindo. A senhora Joana Molesini - Diretora de Ciência e Tecnologia e Inovação  
498 em Saúde fez a apresentação sobre a Implantação dos Núcleos Regionais de Saúde (NRS) que foi enviada  
499 por e-mail para todos os conselheiros e encontra-se para visita pública no site do CES/BA no endereço  
500 eletrônico: [www.saude.ba.gov.br/portales/](http://www.saude.ba.gov.br/portales/). Anunciou a presença de um Coordenador de Núcleo no  
501 pleno, o Sr. Hadson, pois o CES havia pedido que comparecessem os 09 coordenadores, mas,  
502 infelizmente havia uma pressão do ente municipal para ser reativada a Comissão Intergestores Regional -  
503 CIR que estava se reunindo, e naqueles dois dias eles não puderam comparecer. O conselheiro Marcos  
504 Antônio Almeida Sampaio mencionou que deixaria em aberto, porque haviam outros membros da  
505 comissão que haviam participado e, se caso a sua fala não contemplasse estaria aberto para a conselheira  
506 Célia Alexandria, Jorge Geraldo que não estava, Ricardo e Sílvio que também estava acompanhando o  
507 processo. “Tivemos duas reuniões, a primeira foi logo após aquela Resolução do CES, aquela discussão  
508 que houve aqui no pleno do CES, onde nessa primeira reunião colocamos lá a nossa discordância e a  
509 reafirmação da questão da Resolução no quesito de que não foi discutido o processo de Regionalização e  
510 nem das extinções das DIRES de forma democrática, incluindo os trabalhadores, os usuários, que isso  
511 impactava direto na Política Estadual de Saúde e que deveria ter passado não só pelo pleno do CES, mas  
512 também ter sido discutido com todas as regiões que foram afetadas. Colocamos isso lá, e na primeira  
513 reunião tivemos o olhar de que havia um decreto de lei que extinguiu as DIRES; havia também nessa  
514 mesma lei a criação dos Núcleos de Saúde, mas não dizia como seria o funcionamento e como iria se dar  
515 esse processo. Na reunião, também houve de alguns membros da Comissão o olhar de que não tinha um  
516 projeto a ser apresentado naquele dia, do que de fato era a proposta para esse processo de Regionalização  
517 e da extinção das DIRES. No quesito estava também extinguir as DIRES, mas haviam alguns pré-  
518 requisitos que não estavam definidos os trabalhadores, como seriam tratados as questões das remoções, se  
519 haveria, se não haveria, e como seria todo esse processo, a estrutura já existente da DIRES e de como  
520 ficaria definido isso. Colocarei como foi lá na reunião, a Joana apresentou que nenhum funcionário das  
521 DIRES estava sendo pressionado ou removido de forma arbitrária, sem a concordância dele, e inclusive se  
522 tivesse alguém que tivesse passando por esse processo que deveria nos passar, porque ainda não havia  
523 chegado nada ao conhecimento da gestão desse acontecimento.” Informou ainda que houve uma segunda  
524 reunião, e que nessa reunião havia ficado definido que se deveria considerar a Resolução do CES, que  
525 seria uma Resolução a ser apresentada e discutida no CES, e os conselheiros iriam se posicionar. “E para  
526 adiantar, não vou entrar no processo da Resolução, mas na comissão defendíamos que deveria acontecer  
527 em um processo que foi obtido no início, que são os encontros regionais para fazermos as discussões da  
528 regulamentação, do que vai ser e de como vai ficar. Também apresentar a todos os interessados como se  
529 dará esse processo, e de fato como vai ser esse papel dos núcleos e também se discutir a perspectiva do  
530 número ou o quantitativo de núcleos, se são suficientes ou não são suficientes, e que essa Comissão  
531 precisaria ter esse espaço ampliado. Houve essa discussão lá dentro da Comissão do CES; houve também  
532 a apresentação do critério e do perfil desses coordenadores de núcleos, e ficamos focados em uma  
533 discussão: se os servidores de carreira que já faziam parte das DIRES, se houve também o critério de  
534 quantos tinham, e aí foi apresentado qual foi o critério utilizado. A comissão naquele momento também  
535 achou necessário trazer para a reunião do CES/BA essa apresentação, antes mesmo de nos debruçarmos  
536 de fato dentro das regiões para ver o que está sendo feito, porque uma coisa é o que está sendo  
537 apresentado e outra coisa é quando estivermos em cada região, para que de fato cada ação que está sendo  
538 apresentada está acontecendo, se não tem nenhum trabalhador sendo injustiçado, se as estruturas estão  
539 sendo utilizadas. Trouxemos para a reunião do CES essa apresentação com a proposta de fazer esses

540 encontros regionais para levar também, não só a apresentação, mas também uma discussão para que ao  
541 final desse processo a comissão emita um parecer colocando se o processo de Regionalização que está  
542 sendo proposto é suficiente, também colocando o posicionamento do CES ao plano de Regionalização,  
543 precisamos fazer um link. Acredito que foi um relato do que aconteceu.” Ressaltou que a primeira reunião  
544 havia sido bastante tensa, todos ainda estavam na questão do impacto da reunião anterior e do próprio  
545 debate que houve ali. “O que nos foi passado é que todas as ações da descentralização tinham sido de  
546 certa forma suspensas, não tinham tido nenhum tipo de movimentação, a não ser a do princípio da  
547 garantia da assistência à discussão com os trabalhadores, para que não houvesse nenhum tipo de  
548 mudança, para que não tivesse também a discussão com as entidades dos trabalhadores, sendo essa a  
549 discussão. Hoje está sendo encaminhado para o pleno do CES, primeiro fazer a discussão da Resolução,  
550 porque um texto foi encaminhado e dentro desse texto há um entendimento que fere um princípio da lei, e  
551 que precisaríamos aqui dentro do coletivo, já que o pleno no momento da discussão votou a Resolução e  
552 não se construiu um texto. Está encaminhado para o pleno do CES para que se faça uma discussão de qual  
553 será o texto que o pleno estará aprovando em cima do sentimento, não perdendo o que foi discutido na  
554 reunião anterior, colocando aqui para que possamos aprovar essa Resolução e que essa Resolução de fato  
555 seja publicada. E não só publicada, que também foi um sentimento colocado lá, mas que tenhamos um  
556 documento na mão dizendo: a partir de hoje temos uma Resolução, não queremos algo que de fato seja  
557 respeitado e cumprido dentro do sentimento que foi colocado aqui por todos. Acredito que foi isso que  
558 aconteceu nas reuniões, Célia está pedindo para complementar e aí iremos para o debate. Agora queria  
559 que antes do debate encaminhássemos uma proposta, fizéssemos a leitura da Resolução, bem como o  
560 processo de discussão da mesma para tomarmos uma deliberação, já que a reunião será até às 12 ou 13  
561 horas e precisamos dar uma celeridade. A conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira comentou que  
562 o companheiro havia colocado muito bem a forma de como estavam trabalhando na Comissão, e só havia  
563 solicitado a complementação para chamar a atenção sobre três questões: a primeira seria a insatisfação  
564 com a lei, e como era um decreto que vinha do Governador e da Assembleia Legislativa, se consideravam  
565 profundamente atropelados, feridos, por não terem tido no momento que foi publicado esse decreto, e na  
566 Assembleia não poderia discutir aquela questão. “Então, essa insatisfação permanece e esse CES irá  
567 encaminhar ao Governador e à Assembleia Legislativa um documento, onde vamos colocar a nossa  
568 insatisfação, até porque nenhuma lei, e isso parece estar se tornando uma prática, e haja exemplo, como a  
569 Constituição já está começando a ser ferida com Emendas Constitucionais, como tivemos recentemente  
570 também um atropelo à Constituição com capital estrangeiro vindo fazer parte inconstitucionalmente nas  
571 questões da saúde. A segunda coisa é que a Comissão está gravando as reuniões, redigindo as nossas atas,  
572 e já temos uma gravação que também vamos tornar pública para que haja uma transparência no nosso  
573 trabalho. A representação dos trabalhadores e das trabalhadoras está atenta de como está se dando esse  
574 processo, e senti falta de uma reunião do setor de Recursos Humanos que já vem trabalhando essa questão  
575 do servidor, onde estamos pedindo na próxima reunião que esse setor venha conversar conosco na  
576 comissão para que acompanhem a vida de cada um trabalhador e verificar se nenhum direito está sendo  
577 subtraído.” O Senhor Presidente colocou que antes da leitura da Resolução gostaria de dizer que a Ata da  
578 Reunião da Comissão seria publicizada no site do CES, e na reunião seguinte da Comissão essa ata  
579 deveria ser aprovada, porém, deveria se publicizar para que fizessem o acompanhamento. Outra coisa  
580 importante que não foi falado ali era que a Comissão teria o poder de deliberar e propor à Assembleia  
581 Legislativa e ao Governo se achasse que estava errada a forma que estava sendo conduzida. “Penso que  
582 temos que propor as alterações devidas, até porque os trabalhadores que estão mantidos aqui na  
583 Resolução, as questões das discussões regionais, mas do que nunca, quem está lá na ponta sabe quais são  
584 as dificuldades e qual é a Política de Saúde desse estado, em quem faz a Política de Saúde desse estado.  
585 Então, vamos ouvir vocês, a Comissão tem esse papel e estamos garantindo isso aqui na Resolução CES  
586 Nº 02/2015 que delibera sobre o posicionamento do CES a respeito da Lei nº 13.204, de 11 de dezembro  
587 de 2014, cria Comissão de Acompanhamento do Processo de Regionalização da Gestão da Saúde e dá  
588 outras providências. O CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e o  
589 decidido na 216ª Reunião Ordinária do dia 29 de janeiro de 2015. CONSIDERANDO a recente edição da  
590 Lei nº 13.204, de 11 de dezembro de 2014, que implicou na extinção das Diretorias Regionais de Saúde,  
591 alterando a estrutura da Secretaria Estadual de Saúde – SESAB e criando os Núcleos Regionais de Saúde;  
592 CONSIDERANDO que a lei referida, a despeito dos impactos estruturais produzidos, não foi objeto de  
593 prévia discussão com o Conselho Estadual de Saúde, RESOLVE : Art. 1º - Deliberar pelo  
594 encaminhamento, às autoridades competentes, da posição adotada por este Conselho Estadual de Saúde,  
595 contrária à extinção das Diretorias Regionais de Saúde, determinada pela Lei nº 13.204, de 11 de  
596 dezembro de 2014. Art. 2º - Criar, no âmbito do Conselho Estadual de Saúde, Comissão de  
597 Acompanhamento do processo de Regionalização da Gestão da Saúde, com atribuição de apresentar  
598 relatórios circunstanciados. Art. 3º - Assegurar a realização de encontros regionais periódicos, com a  
599 participação do Conselho Estadual de Saúde, dos Conselhos Municipais de Saúde, das Trabalhadoras e

600 Trabalhadores, Gestores e Gestoras. Art. 4º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua  
601 publicação. Passou a palavra aos conselheiros. A conselheira Déborah Dourado Lopes parabenizou a  
602 síntese e a forma extremamente pedagógica com que foi apresentado, levantando alguns elementos: “falo  
603 como representante do CES e também do ponto de vista desses anos todos aí de luta. Já tenho tempo de  
604 me aposentar, 30 anos de serviço nessas lutas todas em defesa do SUS.” Ressaltou que a Regionalização  
605 não era nada nova dentro da Política do SUS; era um princípio básico do SUS, o que se tinha  
606 experimentado ao longo do tempo de vivência do SUS eram as diferentes formas de se compreender a  
607 Regionalização. Daí fazia uma similaridade do que estavam vivendo, quem era da época do Instituto  
608 Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e quando mesmo havia sido extinto, as  
609 formas de articulação pensadas ao longo do tempo para se discutir descentralização, financiamento das  
610 três instâncias de Governo. “Gostaria de chamar a atenção, pois penso que o pecado já começou muito  
611 precoce, da forma em que o processo foi encaminhado, porque não posso conceber uma lei que fala de  
612 processo, onde os atores envolvidos não foram escutados, já que falamos tanto em escuta e hoje isso na  
613 saúde é fundamental. Quantas produções de literatura falando sobre a questão da escuta, isso é algo  
614 processual e não posso entrar com um processo já definido, uma lei que foi discutida. Não quero nem  
615 colocar em discussão, se foi na antiga gestão ou nessa gestão, mas ela não foi discutida com  
616 transparência, ela não envolveu o elemento fundamental do Controle Social, onde tem as três  
617 representações fundamentais do segmento da saúde: Gestor, Trabalhador e Usuário. Em relação ao  
618 processo, basicamente em andamento e os que viveram esse processo INAMPS, quantas vezes chamamos  
619 a atenção de que era fundamental rever e chamar os atores desse processo, que são os funcionários. Acho  
620 que a Bahia tem realmente um problema em relação à questão da Regionalização de Saúde, porque aqui  
621 sempre vivemos uma sobreposição, é Macrorregião, Microrregião, DIRES, mas em relação a  
622 configuração das atividades, a DIRES representa um papel fundamental em relação a essa articulação e  
623 essa possibilidade de encaminhamentos e demandas para a SESAB e para o próprio Ministério da Saúde.  
624 Quer dizer, manda para a SESAB, poderia citar uma série de exemplos: lembro que no programa do pré-  
625 natal, como é que você vai colher as informações? Vai para as DIRES e as DIRES mandam para a  
626 SESAB que manda para o Ministério da Saúde alimentar as informações. Então, penso que não vamos  
627 discutir aqui se as DIRES, do ponto de vista da sua configuração representativa política ocupa um espaço,  
628 e esse espaço tem que ser discutido democraticamente com as pessoas que vivenciam e que ao longo do  
629 tempo vêm fazendo o acompanhamento dessas ações. Então, acho que esse processo não pode se repetir  
630 na saúde que faz um discurso democrático da participação popular, lembrando que aqui nesse CES  
631 sempre foi colocado como prioridade a gestão participativa, tanto no primeiro Plano Estadual de Saúde  
632 como no segundo plano. É gestão participativa e democrática, então, peca nesse sentido e essa Comissão  
633 é uma possibilidade de reverter.” Comentou que tinha muito medo com a questão de que se discutiu o  
634 perfil, o perfil técnico, pessoas que têm experiência. Quem deveria apontar esse perfil eram as pessoas  
635 envolvidas dentro desse processo, porque era impossível hoje se dizer que na Política de Saúde ao longo  
636 desse tempo de criação não existia a politização fundamental essencial e uma partidização às vezes que  
637 terminava prejudicando. Então, a influência política na saúde no dia que terminasse, fosse eliminada, daí  
638 se aposentaria com extrema satisfação. O Conselheiro Júlio César Vieira Braga destacou que a Resolução  
639 havia ficado bem redigida, sendo colocadas normas e encaminhamentos, mas voltava a salientar que as  
640 deliberações de outras instâncias depois de tomadas, e aquela tomada pela Assembleia Legislativa e pelo  
641 Governador na gestão passada, pensava que o CES tinha que discutir, mas não poderia omitir, cortar o  
642 poder e voltar para trás, simplesmente porque havia uma posição contrária. Na verdade, se a decisão  
643 tomada não foi nada contrário ao CES, cabia ao CES fazer novas proposições. “Penso que a redação está  
644 boa, no sentido de propor a discussão sobre a Regionalização, embora com todo o respeito aos  
645 trabalhadores aqui, sei que tem médicos envolvidos nessa situação, não falarei da categoria  
646 especificamente, mas é uma situação que dentro do caos da Saúde Pública do Estado da Bahia é um ponto  
647 menor de discussão do que já se discutiu aqui de outros hospitais, vivendo situações caóticas,  
648 funcionários com salários atrasados e aqui se discutindo uma coisa que é mais para o futuro. “Podemos  
649 melhorar a questão da Regionalização, mas temos outras prioridades e já estamos chegando ao meio-dia  
650 discutindo esse assunto que tem a sua relevância, mas acho que o caos da Saúde Pública ultrapassa essas  
651 centenas de pessoas que estão envolvidas nesse sistema de Regionalização e atinge 14 milhões de pessoas  
652 no estado que estão vivendo uma situação caótica de saúde. Já se falou do Hospital Espanhol fechado, o  
653 Roberto Santos com a metade dos leitos fechados e estamos passando rapidinho por esses assuntos,  
654 discutindo um assunto que é importante, mas não é urgente.” A conselheira Leonídia Laranjeira  
655 Fernandes declarou ser representante do Sindicato dos Servidores Públicos Federais (SINDSEF), e  
656 reivindicava também nessa Comissão a presença do SINDSEF, onde estavam trabalhadores cedidos ao  
657 Estado e filiados ao SINDSEF, até aqueles que foram para o Ministério da Saúde pertencentes à Fundação  
658 Nacional de Saúde (FUNASA) que para o Ministério da Saúde estavam no Estado e eram representados  
659 pelo SINDSEF. “Então, a Comissão tem dois assentos sindicais e estamos reivindicando aqui enquanto

660 representação dos trabalhadores da saúde a presença na Comissão no SINDSEF. Não vou comentar a Lei  
661 8.080, a 141enquanto Resolução, porque Déborah já deixou bem definido aqui para não perder muito  
662 tempo e não repetirei. Estamos fazendo várias assembleias nas DIRES com a representação dos  
663 trabalhadores, ouvindo esses trabalhadores. Foi comunicada na reunião passada que estive ausente, por  
664 isso ficamos fora desse processo e estamos agora reivindicando.” Informou que havia recebido uma  
665 comunicação das pessoas cedidas às DIRES e iria tentar ler ali: “com a extinção das DIRES quem fica  
666 responsável pelas demandas dos funcionários Públicos Federais que estão cedidos, como frequência,  
667 férias, liberação, licença e atestado? O correto não seria o Estado devolver para a FUNASA e o Ministério  
668 da Saúde os servidores que lhes foram cedidos na descentralização anterior e esses tomarem as  
669 providências cabíveis para o remanejamento dos seus servidores? Os Núcleos Regionais de Saúde que  
670 estão sendo gerenciados pelas extintas DIRES não recebem do estado informação precisa sobre o  
671 questionamento de funcionários e atividades desenvolvidas. A extinção da DIRES de Bom Jesus da Lapa  
672 funciona laboratório de etimologia, de Dengue, Chagas, Esquistossomose, Malária, além de estatísticas  
673 cartográficas, e os servidores e trabalhos por eles desenvolvidos? O município não terá condições de  
674 assumir. Se os servidores forem prestar serviços na Regional de Barreiras receberá auxílio moradia ou  
675 ajuda para as mudanças?” Ressaltou que foram questionamentos que havia recebido ali naquele momento,  
676 até porque sabiam que haveria aquela reunião e só existia um representante ali, e era por isso que estava  
677 tentando passar para o pleno. O conselheiro Josivaldo de Jesus Gonçalves perguntou ao Senhor Presidente  
678 se aquele seria o texto da Resolução acordado entre o grupo. Ele respondeu que sim, e inclusive havia  
679 sido apresentado ao pleno. O conselheiro Josivaldo de Jesus Gonçalves salientou que já havia sido  
680 discutido e o conselheiro Sílvio havia apresentado suas contrarrazões, mas teria que se ater mais à questão  
681 da extinção das DIRES e reafirmar a sua posição contrária. “Concordamos com o conselheiro que  
682 devemos estar aqui discutindo a situação dos hospitais e diversas outras demandas da saúde, mas esse  
683 tema é importante para todos também, inclusive para os trabalhadores, mesmo porque estes não têm culpa  
684 do Governo passado dar essa rasteira nos profissionais, onde encaminharam para a Assembleia  
685 Legislativa sem discutir com os seus pares, sem levar as discussões para as regionais e agora, claro que a  
686 nova gestão acatou não querendo agora assumir o ônus. Se as questões dos hospitais e outras demandas  
687 relevantes não estão vindo, penso que o conselheiro tem que trazer para que seja debatido aqui e aí  
688 passarmos 1, 2 ou 10 horas se for preciso. Joana colocou que os coordenadores foram escolhidos a dedo,  
689 mas vem a pergunta: por que não se observou os servidores de carreira que já estão há tantos anos  
690 prestando serviço e conhecem muito bem a região? Por que não foi usado esse critério? Concordo com  
691 Déborah quando ela diz que muitas vezes o critério não é só o técnico, é político também, tanto é que  
692 quero questionar que Itabuna é sede de Macro, tem uma estrutura maior que Ilhéus, escolheram o  
693 coordenador que é de Itabuna, mas a sede foi para Ilhéus. Gostaria de saber qual o critério usado para a  
694 sede sair de Itabuna e ir para Ilhéus? Pelo que sabemos, o critério utilizado não foi o técnico e sim o  
695 político, aqui temos que dizer a verdade. Não sei se o Chefe de Gabinete já chegou, mas informo que o  
696 notebook deu problema porque já tem mais de 5 anos de utilização, e nesse momento está sendo usado  
697 outro aparelho do trabalhador, por isso gostaria que o Gabinete providenciasse a compra de um notebook,  
698 bem como um carro para o CES.” O conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva declarou que havia  
699 momentos em que a senhora Joana falava em Base Regional e momentos em que falava em Região.  
700 Todos sabiam que a Regionalização era um princípio constitucional; era sabido que aquilo iria acontecer a  
701 qualquer momento, mas o que houve foi aquele procedimento inadequado, equivocado, antidemocrático,  
702 tomado pelo Governo que não havia levado a discussão ali e se criou um impasse, que inclusive as  
703 entidades estavam querendo acabar. “Estamos apontando para diluir esse impasse, o SINDSAÚDE não  
704 está contribuindo para aumentar o impasse e sim para diluí-lo. A questão do processo, Joana, quando você  
705 apresenta muito bem o marco teórico, mas tem algumas coisas que precisam ser dirimidas, por exemplo:  
706 vem uma nota da 21ª DIRES, onde é colocada as dificuldades depois das criações dos Núcleos, porque até  
707 um simples ofício tem que se reportar para Jacobina para ser enviado ao município e depois retorna,  
708 porque Jacobina que tem que dar o parecer em relação ao processo desse ofício para ser encaminhado ao  
709 município. E ainda continua a questão do setor de transportes que não está resolvido na prática, e é por  
710 isso que reforçamos a necessidade dos encontros regionais para estar discutindo esse processo. Que todo  
711 o material oriundo das Audiências Públicas sirvam também de elementos para a construção desse  
712 processo que foi aprovado aqui, dos encontros Regionais.” Disse que estava com a ata de uma Audiência  
713 Pública realizada em Amargosa e com o calendário de outras Audiências Públicas que ficavam abertas  
714 para todos os conselheiros que quisesse participar. “Participei de duas em Santo Antônio de Jesus e  
715 Amargosa, dia 04 em Serrinha, dia 06 de março, provavelmente Ibotirama, da minha amiga Dora que está  
716 ali e estarei lá, dia 12 em Cruz das Almas e dia 16, provavelmente em Itapetinga. Então pessoal, é  
717 necessária a retomada do CES nesse processo e no fortalecimento desse caráter deliberativo. O nosso  
718 entendimento, de todos os trabalhadores da saúde, e acredito também o de Joana, é que quando tratamos  
719 de DIRES não tratamos apenas daquela casa que está lá, daquela estrutura física, mas da administração e

720 articulação de todas as atividades do SUS, e inclusive a área hospitalar. A DIRES sempre teve esse papel,  
721 não é apenas o que é desenvolvido naquele espaço físico onde fica a sede da DIRES, é nesse sentido, e  
722 que cada vez mais os trabalhadores das DIRES, tanto do setor estadual quanto do setor federal precisam  
723 estar mobilizados. E quem puder estar participando das Audiências Públicas dos outros municípios que  
724 participem, e não temos a menor dúvida de que faremos gestões na Assembleia Legislativa, como  
725 também não podemos deixar de dizer que esses encontros terão que acontecer, e na próxima reunião da  
726 Comissão já vamos elaborar um calendário desses encontros Regionais de Saúde.” Comentou que estava  
727 aguardando o companheiro do Sindicato da Rede Privada que havia falado no Hospital Espanhol falar,  
728 mas o mesmo havia se esquecido de dizer que o Hospital Regional Dantas Bião em Alagoinhas  
729 encontrava-se em greve por conta do não pagamento dos trabalhadores, e havia uma alegação, onde o  
730 Monte Tabor dizia que a SESAB não havia repassado os valores e a SESAB dizia que havia repassado. E  
731 acontecia o que o companheiro levava ali, sendo por isso que era contrário às privatizações. “Não somos  
732 contrários à Rede Privada, somos contrários às privatizações, pois a administração pública tem que ser  
733 pública.” O conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos colocou que havia uma lei aprovada na  
734 Assembleia que a princípio deveria ter passado no CES, porque o Regimento do CES dizia que todos os  
735 projetos ligados à saúde deveriam ser encaminhados ao CES. Porém, a preocupação era em relação aos  
736 atendimentos, às mudanças, pois pelo que percebia, até pelo que foi colocado por Sílvio, que as mudanças  
737 já eram pedidas há muito tempo e já era proposta das Conferências e de todos os outros encontros, mas a  
738 grande questão era a pressa daquelas alterações. “Estamos vendo, professor Luís Eugênio, uma pressa  
739 muito grande nessa mudança. A lei não estabelece um prazo, é um processo que vai aos poucos se  
740 construindo.” Perguntou como se deu o critério de escolha dos 09 núcleos, como foi o estudo, o que levou  
741 à ideia de só haver essa quantidade e se atendia a demanda do estado. Com relação à Resolução, destacou  
742 que foi construída por um coletivo; o texto levado ali gostaria de ver representações como SINDSEF e  
743 outros, mas que estavam na ponta e seriam diretamente afetados com aquelas alterações. “Diante da  
744 aceitação desses representantes dos trabalhadores e das trabalhadoras, me reservarei um pouco mais para  
745 me posicionar sobre isso.” A Conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho mencionou que a apresentação  
746 da Sra. Joana havia sido bem sucinta, bastante clara, mas dialogando com o pleno do CES, o que havia  
747 ficado evidente era que aquela decisão havia causado um problema para o CES. Era a segunda reunião  
748 que se levava a questão e viriam outras. Teriam Audiências Públicas e isso acabava abrindo a pauta do  
749 CES no ano de Conferência Estadual de Saúde, que sem dúvida alguma se quis de fato convocar,  
750 mobilizar, sobretudo os trabalhadores da saúde que eram a razão, quem executava a política de saúde.  
751 “Temos que não só fazer força tarefa, mas mutirão. A força tarefa obviamente impulsiona, mas deverá  
752 haver um mutirão, senão as nossas pautas, as Conferências Municipais e a Conferência Estadual de  
753 Saúde, sem dúvida nenhuma ficarão debatendo somente isso, onde acho que precisamos ter cuidado, é  
754 uma recomendação.” Ressaltou que quem acompanhava a Política de Saúde, não somente pelo princípio  
755 constitucional, tinha informações sobre a questão da Regionalização, e lhe chamou a atenção quando  
756 ouviu que os Conselhos reativaram as CIR. Perguntou se havia algum diagnóstico de que estavam  
757 desativadas, porque foi a palavra usada ali, e gostaria somente de saber. “Esse processo está convivendo  
758 com velhos problemas, ou seja, havia um diagnóstico dos velhos problemas que se somaram nesse  
759 momento em que as DIRES são extintas, de uma forma a meu ver açodada, e os reflexos estão aí.  
760 Estamos tendo notícias de que esse problema tem causado interrupção de alguns serviços que são  
761 essenciais, então, há que se cuidar, porque sem dúvida nenhuma está comprometendo. Você também  
762 falou do desenho de fluxo e mostrou o fluxo da oxigenoterapia. Nem estava muito claro, mas deu para  
763 termos uma ideia, eles estão sendo desenhados? Eles têm que sair, como disse nesse mutirão, porque o  
764 caos pode estar se estabelecendo. Por fim, li a Resolução e acho que ela está muito boa. Concordo  
765 plenamente, mas nesse artigo primeiro, porque entendo que esse artigo reflete o sentimento da nossa  
766 última reunião, onde estávamos todos sob o impacto, como o conselheiro Marcos falou, mas entendo que  
767 aqui, onde se diz contrária à extinção das DIRES poderíamos colocar contrária ao processo de extinção.  
768 Penso que isso poderia refletir melhor com uma posição que não somos contrários à Regionalização, mas  
769 somos contrários a esse processo que extingue as DIRES e que inclusive impacta em toda essa discussão  
770 que já vinha sendo acumulada de Regionalização, é essa a minha proposta.” O conselheiro Luís Delfino  
771 Mota Lopes salientou que gostaria de dividir sua fala primeiro com os trabalhadores das DIRES, pessoas  
772 que estavam nos seus trabalhos, algumas com 20, 30 anos, que mereciam todo o respeito da população do  
773 estado da Bahia. “São profissionais, estou lá na minha região em Serrinha, quantas vezes solicitei um  
774 serviço de um funcionário da DIRES e ela me relatava que estava em dificuldade, que estava sem  
775 transporte, que estava sem combustível e *que fazia das tripas coração* para um dia conseguir ir lá fazer  
776 aquele trabalho. Os trabalhadores das DIRES de todo o estado da Bahia merecem o nosso respeito e tudo  
777 que pudermos fazer para que eles continuem o seus trabalhos. No entanto, essas DIRES que estavam aí já  
778 estavam sem função e sem respaldo para fazer o seu trabalho; sem uma dotação financeira para o bom  
779 andamento das suas funções, até deslocamento. As DIRES estavam mortas e só os funcionários

780 carregando nas costas, de certa forma. Se a mudança vem para dar celeridade, para dar melhores  
781 condições de trabalho aos trabalhadores e sua função é a execução do seu trabalho, penso que é salutar; se  
782 ela vem com esse respaldo nesse arcabouço montado pelo estado, tudo bem, mas se ela vem extinguir  
783 para que deixe de existir, penso que o CES tem que estar atento a isso, porque as DIRES têm uma função  
784 muito importante e os trabalhadores que estão nela, como falei inicialmente merecem todo o respeito  
785 desse Conselho, porque realmente suaram para levar esse trabalho com muita dificuldade, e acredito que  
786 há mais de 20 anos vem sofrendo com essa doença que está aí.” Sobre a DIRES de Itabuna, declarou que  
787 não tinha sentido e o CES deveria se posicionar, porque se Itabuna tinha melhor estrutura que Ilhéus,  
788 essa DIRES deveria ficar em Itabuna e os conselheiros poderiam sugerir isso ao Governo do Estado,  
789 sensibilizá-lo nessa função, questionar porque a DIRES não ficou em Itabuna. “Queremos participar do  
790 processo de decisão também, sugerir, não somente ficar aqui vendo e homologando. A DIRES de Itabuna  
791 foi muito discutida aqui; Itabuna é muito problemática e merece que a DIRES seja localizada lá.” O  
792 conselheiro Luís Eugênio Portela Fernandes de Souza colocou que em primeiro lugar concordava  
793 plenamente com o que Déborah havia falado, bem como Josivaldo, mas, o processo de indicação das  
794 DIRES era um processo político, os cargos que foram nomeados eram cargos de confiança pela escolha  
795 do Governador obviamente. “Fizemos um esforço, Joana conhece bastante a SESAB no sentido de fazer  
796 indicação de pessoas que preenchesse alguns critérios técnicos de reconhecimento do território, do  
797 conhecimento da gestão, e foi esse o processo desenvolvido.” Em segundo lugar, corroborando com a  
798 preocupação do conselheiro Júlio e da conselheira Lilian, é que tinha os processos de Conferências, com  
799 Conferências Municipais, Conferência Estadual e Conferência Nacional de Saúde, e não sabia se o que  
800 Silvio havia defendido ali ele concordaria, mas queria sugerir que esses encontros regionais, além da  
801 discussão do processo de Regionalização incluísse na sua pauta o tema das Conferências de Saúde, cujas  
802 edições municipais estavam para ser iniciado no mês de abril, imediatamente, para inclusive se ter o  
803 panorama geral do processo de implantação da gestão Regionalizada da saúde. Disse que Josivaldo havia  
804 falado, bem como Delfino, que a questão da mudança de Itabuna para Ilhéus era uma opção Política do  
805 Governo. Considerar que Itabuna já estava com as Diretorias Regionais de Educação (DIREC) e que seria  
806 para o equilíbrio regional importante que a DIRES ficasse em Ilhéus. Obviamente o CES tinha todo o  
807 direito de questionar, mas assim como a escolha dos coordenadores, foi uma decisão Política. O Senhor  
808 Presidente colocou que a comissão tinha um entendimento de que os direitos dos trabalhadores não  
809 poderiam em nenhum momento retroceder. “Gostaria de pedir aos trabalhadores que encaminhasse todas  
810 as suas demandas, porque sei que há um movimento nas DIRES que fosse também encaminhado para o  
811 CES para discutirmos dentro da Comissão de Regionalização o diagnóstico que vocês têm lá com relação  
812 à questão da DIRES. Acho que já deixamos aqui como demanda para a comissão, solicitar que a SESAB  
813 apresente um diagnóstico das DIRES, de quais eram os problemas que existiam anteriormente para  
814 termos um subsídio na discussão sobre a questão da Regionalização, já que Joana traz aqui alguns  
815 problemas. Precisamos pontuar nas DIRES quais eram os problemas de cada uma delas na questão da sua  
816 estrutura, da sua capacidade, quadro da lotação de pessoal e do atendimento à saúde do usuário.  
817 Precisamos ter esse *feedback* da gestão para estarmos discutindo dentro da Comissão de Regionalização.”  
818 Salientou que teriam que ser realmente propositivos, caminhar o que achasse no processo de extinção das  
819 DIRES e no processo de Regionalização, o que o CES junto com o sentimento dos usuários, trabalhadores  
820 e gestores que compunham aquela casa e propor se debruçar, de uma alteração de projeto, de levar à  
821 Assembleia Legislativa, ao Governador, à Casa Civil a proposta do CES ao fim daquele relatório. “Espero  
822 que tenhamos uma capacidade muito grande, a Comissão de Regionalização se fazer presente nessas  
823 Audiências Públicas, e concordo com Luís Eugênio quando ele coloca a questão de irmos discutindo  
824 nessas reuniões que teremos aí afora, que está garantido aqui na Resolução. Que comecemos a discutir a  
825 questão da nossa Conferência, porque é ano de Conferência e Conferência tem um poder de estar  
826 tomando atitude de deliberação e de mudança de Política Pública de saúde nesse estado.” A Sra. Joana  
827 Molesini salientou que havia feito um esforço de síntese apontando 04 pontos: sobre a indicação, o  
828 conselheiro Luís Eugênio já havia feito a colocação, e conciliava com o que ele havia falado. Sobre a  
829 questão dos servidores federais, disse que existia todo um cuidado de garantir todas as leis, o mesmo  
830 cuidado estava sendo dado para os servidores estaduais, todos os Diretores de Núcleos estavam em  
831 contato com Ana Rebouças que era a pessoa que coordenava o processo para as pessoas que tinham esse  
832 vínculo. Não havia possibilidade de nenhuma perda ou dificuldade com os servidores. Sobre Bom Jesus  
833 da Lapa, disse ainda que esse município não tinha DIRES há 10 anos. “Bom Jesus da Lapa é uma base  
834 operacional no modelo que estamos pensando agora. A DIRES da Região é Santa Maria da Vitória, mas  
835 isso é particularidade.” Em relação à reforma administrativa, quando perguntado por que os 09 núcleos,  
836 era porque o Plano Diretor de Regionalização da Bahia apontava 09 núcleos, 09 Macrorregiões de Saúde,  
837 então, havia se obedecido o Plano Diretor de Regionalização da Bahia, e se daqui a algum tempo se  
838 avançar para refazer o Plano Diretor de Regionalização (PDR) era um movimento a médio prazo, mas o  
839 PDR da Bahia atual tinha 09 Macrorregiões de Saúde, foi essa a lógica. Sobre a reativação da CIR,

840 explicou que havia se colocado mal, porque a CIR funcionava e todo Sistema Colegiado do Brasil, como  
841 a Tripartite, Bipartite e conseqüentemente a CIR, paravam em dezembro e retornavam em fevereiro.  
842 Então, elas estavam naquele momento de férias e precisavam de um Regimento, porque o antigo dizia que  
843 o Diretor da DIRES era o Coordenador, e com a extinção das DIRES o reativar era no sentido de iniciar  
844 as reuniões em março, porque tinha uma série de deliberações que deveriam ser tomadas de imediato  
845 nesse sentido. Sobre os fluxos questionados por Sílvia e Lillian, destacou que estavam sendo desenhados  
846 por pessoas do nível central, as pessoas dos núcleos e com muitos movimentos de discussão com os  
847 servidores das DIRES. “Tenho de algumas regiões, planos operativos da região já desenhada dizendo  
848 quais são as ações que fazem a base e quais são as ações que a base poderá. Se a região de vocês ainda  
849 não estiver fazendo o plano ação, quero dizer que vocês farão o plano ação sim, inclusive está aqui a  
850 Comissão formada por Célia, Marcos, Ricardo, onde dizia na Comissão que há de se fazer planos de  
851 ações específicos por região, porque cada região tem uma forma de operar. Disse isso na reunião e  
852 defendo, porque acredito que a descentralização tem um geral, mas ela tem especificidades que só a  
853 região é capaz de se entender, é nesse sentido. Lillian e Sílvia, todo o cuidado de ser um processo está  
854 sendo feito, agora, os velhos problemas só não coloquei para não confundirmos que nesse processo tem  
855 problemas novos, são problemas que se juntam, porque não piorou. Não tenho notícias de interrupções de  
856 ações que prejudicasse usuários, o que tenho notícias é que usuários foram buscar a medicação e não  
857 encontrou. Já havia situações anteriores de usuários registrarem que estiveram na Regional e que estava  
858 fechada, onde o funcionário estava de férias. Não identifico, não sei as outras áreas, estão aqui queixas de  
859 servidores que já eram costumeiras na Ouvidoria, sendo necessário irmos consertando isso e refazendo os  
860 fluxos, até o presente momento não tenho notícias.” O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio  
861 enfatizou que a comissão o havia escolhido para falar em seu nome, mas, seria preciso receber da gestão  
862 toda a manifestação possível, como esse processo estava sendo apresentado ou por onde a comissão teria  
863 que passar para analisar o processo, para que servisse também de elementos para poder apreciar, e quando  
864 tivesse o parecer final, ser levado. “Acredito Josivaldo, que a questão de Itabuna e Ilhéus é uma tarefa  
865 para a Comissão. Penso que é preciso trazer também um olhar do que está acontecendo lá para que a  
866 comissão nesse parecer tenha outros desdobramentos, como talvez a revisão da lei. Precisamos estar nesse  
867 pleno discutindo isso; discutir se os 09 núcleos são suficientes; discutir a questão do quantitativo de  
868 trabalhadores por núcleo, de como é que está sendo toda essa questão. Outra coisa que gostaria de colocar  
869 aqui é que os conselheiros precisam em um processo de discussão evitar uma comparação daquilo que é  
870 mais urgente e menos urgente, quando alguma ação no momento incomoda mais. Considero  
871 extremamente perigoso quando o conselheiro se levanta e tenta minimizar algo que está na agenda. É  
872 urgente, e que tentamos aqui no processo individual tentar trazer o nosso olhar em cima de um anseio  
873 daquilo que queremos que seja priorizado. Na saúde, quando morre um, digo sinto muito; quando morre  
874 um milhão, sinto ainda mais, mas precisamos nos preocupar com o todo e não só com aquilo que nos  
875 movimenta e nos mobiliza.” Destacou que na Resolução citada pela conselheira Lillian, quando a mesma  
876 havia colocado o porquê de não utilizar a palavra “processo” na situação da extinção das DIRES, era  
877 porque, se fosse colocada ali a palavra “processo” estaria se legitimando que houve um processo, coisa  
878 que não houve, e justamente estava sendo dito que eram contrários, porque não houve um processo  
879 democrático para que se chegasse ao resultado final, que de fato esses núcleos seriam uma Política a ser  
880 executada ou não. “Então, para não legitimarmos isso, temos que ser contrários ao processo de extinção  
881 das DIRES, porque a lei chegou lá e disse assim: está extinta, e não discutiu com ninguém.” A senhora  
882 Joana Molesini declarou que não existia critério para definir o quantitativo de servidores por DIRES. O  
883 critério era a não interrupções de ações; garantir que as ações continuassem funcionando para que os  
884 usuários fossem atendidos do jeito que estavam sendo antes e para melhor. Portanto, não existia em  
885 nenhum lugar escrito critério, porque a negociação era de qual atuação do servidor, então, não poderia  
886 dizer que havia um critério escrito, porque não havia. O Senhor Presidente agradeceu ao conselheiro  
887 Marcos Antônio e à Sra. Joana Molesini pela exposição das apresentações, e em seguida colocou em  
888 votação a Resolução para aprovação dos conselheiros, que foi aprovada com dezoito votos a favor,  
889 nenhum contra e uma abstenção do conselheiro Júlio Braga. Comunicou que o ponto de pauta seguinte  
890 seria sobre a 9ª Conferência Estadual de Saúde do Estado da Bahia, e tinha sido demandado para a  
891 Comissão Organizadora alguns itens para que se discutisse, sendo que o local que tinha sido indicado  
892 através do conselheiro Marcos Antônio para que visitassem, a Arena Fonte Nova, a Comissão havia ido  
893 até lá e detectado que não seria viável realizarem a Conferência naquele local em virtude da estrutura que  
894 não oferecia nenhuma condição para uma Conferência daquela magnitude. Então, permaneceriam com o  
895 espaço do Centro de Convenções da Bahia. Salientou que havia uma proposta de alteração das datas,  
896 porque o Decreto tinha saído e por isso propuseram para 29 de setembro a 1º de outubro de 2015, já que  
897 as datas anteriores que seriam 15, 16 e 17 de setembro o Centro de Convenções da Bahia não estaria  
898 totalmente à disposição e por isso teriam problemas estruturais, então resolveram fazer também uma  
899 operação decreto. Solicitaram também uma alteração no Decreto para as etapas municipais, que ao invés

900 de começarem a partir do dia 09 de abril de 2015 iriam até o dia 15 de agosto de 2015 para que se desse  
901 tempo os municípios se articulassem e flexibilizassem o maior tempo. Declarou que poderiam sugerir ao  
902 pleno o local do Centro de Convenções pelo novo Decreto, e colocou a proposta para aprovação. O  
903 conselheiro Luís Eugênio Portela Fernandes de Souza Comunicou que no dia 07 de fevereiro havia sido  
904 publicado o Decreto do Governador convocando a 9ª Conferência Estadual de Saúde no Diário Oficial do  
905 Estado, e havia entendido sobre as questões logísticas e operacionais. Sugeriu para a Mesa Diretora que  
906 encaminhasse os motivos daquela necessidade e levassem ao Senhor Governador para que fosse criado  
907 outro Decreto convocando a 9ª Conferência Estadual de Saúde. O Senhor Presidente concordou com a  
908 sugestão do conselheiro Luís Eugênio e declarou aprovada a mudança do Decreto. Salientou que tinha  
909 sido retirada na última reunião, no pleno, uma Comissão Paritária Organizadora da Conferência, porém  
910 não haviam retirados os suplentes, então, a organização havia demandado que fossem indicados os  
911 suplentes da Comissão Organizadora e que tirassem também uma proposta de comissões: Comissão  
912 Científica, Comissão de Relatoria, Comissão de Comunicação e Mobilização, O Comitê Executivo e o  
913 Regimento. Informou que existia o Regimento aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde, mas não tinha  
914 sido publicizado até o determinado momento, e assim que o tivesse passariam para a comissão e todos os  
915 conselheiros. Destacou que gostaria de tirar logo a suplência da Comissão Organizadora. A conselheira  
916 Déborah Dourado Lopes comunicou que existia uma demanda e a questão da data. O conselheiro Luís  
917 Eugênio já havia chamado a atenção que fizessem uma errata para a questão do local e tinham três  
918 comissões que precisavam “tirar” que não seria dentro da Comissão Organizadora, porque tinham  
919 discutido a situação e não conseguiriam dar conta de tudo, e na reunião que se discutia a questão do  
920 Conselho havia pensado em 04 pessoas para a relatoria, 04 para a mobilização e mais 04 para o Comitê  
921 Executivo e Secretaria. Então, aquelas comissões teriam que ser tiradas no Conselho, quem estivesse na  
922 Comissão Organizadora poderia fazer parte de uma comissão, não haveria nenhum problema ou então  
923 poderia tirar novas comissões, tiraria primeiro as três e depois a suplência. Por exemplo, a Comissão de  
924 Relatoria era fundamental e a conselheira Lilian estava na Comissão Organizadora e tinha interesse na  
925 Comissão de Relatoria. A Senhora Elisabete Lima de Moraes comentou que aqueles suplentes fizessem  
926 parte necessariamente daquelas comissões. O Senhor Presidente destacou que tinham feito uma pauta e a  
927 conselheira Déborah havia solicitado uma inversão, porque primeiro tiraram os conselheiros que eram  
928 suplentes da Comissão Organizadora e a própria Coordenação havia encaminhado para a Mesa, sendo a  
929 suplência para a Comissão de Organização da 9ª Conferência Estadual de Saúde proposta de comissões.  
930 Colocou em votação para o pleno a proposta de inversão de pauta da conselheira Déborah Dourado que  
931 foi aprovada, sendo que a comissão entendia que seriam quatro pessoas: 02 usuários, 01 gestor e 01  
932 trabalhador para a Comissão Científica. Usuários: Lázaro; Trabalhador: Célia Alexandria e Gestor:  
933 Olívia. Sugeriu que se não conseguissem tirar ali um usuário para a Comissão Científica então  
934 encaminharia para que alguém se pronunciasse. A conselheira Lilian Fátima Barbosa Marinho perguntou  
935 o que faria uma Comissão Científica de uma Conferência Estadual de Saúde. A Sra. Elisabete Lima de  
936 Moraes respondeu que fariam propostas e elaborações de textos, tudo aquilo a Comissão Científica que  
937 seria responsável, não haveria relatoria. A conselheira Lilian Fátima Barbosa Marinho justificou que os  
938 integrantes da Comissão Organizadora haviam definido que manteriam 03 comissões, tanto que a  
939 conselheira Déborah tinha falado e já havia aparecido 04 comissões. Esclareceu também ao pleno, que  
940 estavam na pendência da aprovação do Regimento da Conferência Nacional de Saúde, que iria definir as  
941 comissões e iriam se alinhar. Não significava que iriam estar amarrados, mas seguiriam aquela questão,  
942 então, a Comissão Científica não tinha sido discutida na Comissão Organizadora. A conselheira Olívia  
943 Santos Pereira salientou que no início havia sido informado que iriam escolher os suplentes, então, havia  
944 indicado o seu nome acreditando que a conselheira Maeli já tinha dado o seu nome para a Comissão  
945 Organizadora, e por isso perguntou se ali estavam tendo a escolha dos suplentes, porque tinha colocado o  
946 seu nome, mas como suplência, e desejava que a conselheira Maeli ficasse como titular. O Senhor  
947 Presidente explicou que na verdade a conselheira Déborah Dourado havia solicitado uma inversão para  
948 que fossem tiradas as comissões, as quais a Comissão Organizadora tinha encaminhado para a Mesa,  
949 então, estavam tirando a Comissão Científica. Respondeu a questão de ordem da conselheira Lilian  
950 Fátima, salientando que a Comissão Científica seria a comissão que queria que fosse discutir o Controle  
951 Social com as universidades. Inclusive tiveram uma reunião com o conselheiro Luís Eugênio no primeiro  
952 momento em que chegou, aproximou-se do CES na primeira reunião e viram a necessidade de criar um  
953 caderno de teses e realizarem aquela função. Portanto, a proposta da Mesa foi que, tendo a Comissão  
954 Científica para que fossem às universidades, dialogassem com as pessoas e levassem a questão para que  
955 se aprofundassem na discussão. Comunicou que na reunião passada segundo tinha sido informado através  
956 da conselheira Maeli, já tinham sido indicados nomes para a Comissão Organizadora. Propôs que fossem  
957 repetidos os nomes que estavam na Comissão Organizadora e depois abrisse para a suplência, pois  
958 quando havia oferecido o seu nome foi para a suplência, porque a conselheira Maeli tinha mais  
959 disponibilidade por ser funcionária pública. A Sra. Elisabete Lima de Moraes informou para a conselheira

960 Maeli que a mesma estava na Comissão Organizadora como titularidade e que já tinham se reunido 02  
961 vezes, e naquele momento levava 02 propostas: a proposta de suplência para as 08 titularidades e a  
962 propostas das comissões, que no início eram apenas 03 comissões, que a Presidência e a Mesa Diretora  
963 lembraram da Comissão Científica responsável, e que existiam práticas daquela comissão de elaboração,  
964 normatização dos textos, normatização de apresentação e para que todas as pessoas viajassem com  
965 aquelas apresentações normatizadas, se faria as devidas adaptações. Salientou para a conselheira Maeli,  
966 aproveitou o momento e complementou para todos. O Senhor Presidente colocou para os conselheiros a  
967 proposta da Comissão de Relatoria: Usuários - Lilian Fátima Barbosa Marinho e Jair Alves dos Santos;  
968 Trabalhador - Liliane Elze Falcão Lins Kusterer e Gestor/ Prestador - Déborah Dourado Lopes. Comissão  
969 de Mobilização e Comunicação: Usuários - Jorge Geraldo de Jesus Rosário e Antônio Marcos Almeida  
970 Sampaio; Trabalhador - Josivaldo de Jesus Gonçalves e Gestor/Prestador - Maeli Gomes de Oliveira.  
971 Comissão Científica: Usuários - Gislene Villas Boas Torres da Silva e Lázaro Ribeiro de Souza;  
972 Trabalhador - Célia Maria Alexandria de Oliveira e Gestor/Prestador - Olívia Santos Pereira. O Senhor  
973 Presidente sugeriu que os mesmos conselheiros que já estivessem nas comissões fizessem parte também  
974 da Comissão Organizadora: A conselheira Déborah Dourado Lopes salientou que tinha uma Comissão  
975 Organizadora com 08 efetivos e tinham 03 comissões com 04 pessoas. Propôs que os suplentes fossem as  
976 pessoas que estavam e não tinha como. A Sra. Elisabete Lima de Moraes destacou que seriam 12. A  
977 conselheira Déborah Dourado Lopes comentou que estava na efetiva e na Comissão Organizadora, então,  
978 não poderia ser suplente, mas quem estava em apenas uma comissão não teria nada demais em ser, e o  
979 que faltasse complementar, senão iriam fazer indicações e logo teriam a reunião do CES. O  
980 conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio mencionou que não tinha colocado o seu nome em  
981 nenhuma comissão justamente porque iria se colocar para a suplência da Comissão Organizadora, pois em  
982 outra reunião ali no Conselho havia aberto mão de participar da Comissão Organizadora pelo fato do  
983 conselheiro Francisco José ter a necessidade de participar, e achou que naquele momento,  
984 automaticamente, como tinha se colocado ele seria suplente, mas como não ocorreu havia solicitado a  
985 suplência da Comissão Organizadora. Acreditava que quem estivesse nas comissões que teve interesse e  
986 naquele momento não tivesse que participar das duas, e então solicitou a sua participação. O Senhor  
987 Presidente abriu para as indicações da Comissão de Organização na suplência: Usuários - Marcos  
988 Antônio e Jair Alves e Trabalhadores - Josivaldo e Leonídia. Sugeriu que fosse encaminhado através de  
989 e-mail, informando as comissões que estivessem pendentes para os conselheiros. Informou que o  
990 Regimento não seria discutido, pois o Regimento do CNS ainda não tinha saído, e com relação à eleição  
991 da Plenária Norte/Nordeste para o estado do Ceará, onde a Mesa colocou para o pleno que a proposta de  
992 Fortaleza já contemplasse os 16 conselheiros que estavam participando da 9ª Conferência Estadual de  
993 Saúde do Estado da Bahia, da coordenação, titular e suplente. O conselheiro Josivaldo de Jesus Gonçalves  
994 solicitou esclarecimento, já que na pauta constava 16 vagas, sendo que a disputa era apenas por 14 vagas.  
995 O Senhor Presidente esclareceu que se tratava de duas situações, sendo 16 vagas para os conselheiros do  
996 CES e 14 vagas a definir, e que iriam explicar quais seriam aquelas 14. Primeiro decidiriam as 16 e a  
997 proposta da Mesa seria definir e levarem uma proposta que a Comissão Organizadora já fosse aquelas 16  
998 vagas. O conselheiro Josivaldo de Jesus Gonçalves confirmou a data do evento com o Senhor Presidente  
999 que seria de 13 a 14 de abril, e solicitou que o seu nome fosse retirado da disputa. A Sra. Elisabete Lima  
1000 de Moraes comunicou que quando havia recebido o convite do CNS estava muito claro que seriam os 09  
1001 estados do Nordeste; cada estado teria 30 vagas e a proposta do próprio CNS seria que se fizesse mais de  
1002 50% de conselheiros de saúde, por isso que tinha aquele quantitativo de 16 e que as 14 vagas fossem dos  
1003 Movimentos Sociais que não estavam contemplados dentro do CES. Salientou que na fala do conselheiro  
1004 Luís Eugênio na primeira reunião, quando apresentou a Conferência foi que cada vez mais todos dessem  
1005 sustentação aos Movimentos Sociais. Então, que fossem estabelecidos critérios para os 14 representantes  
1006 de Movimentos Sociais em complementação à delegação da Bahia, no entanto, perguntou se aqueles  
1007 dezesseis que eram da Comissão Organizadora teriam respaldo financeiro da SESAB e qual seria a  
1008 perspectiva daqueles 14, e como iria lidar com a situação. O Senhor Presidente informou que tinha a  
1009 garantia pela gestão dos 16. Porém, tinha uma dúvida com relação à gestão, se a mesma iria financiar a  
1010 ida dos Movimentos Sociais dos 14 participantes. A Sra. Elisabete Lima de Moraes comentou que a  
1011 responsabilidade financeira de deslocamentos e diárias seria dos estados; o CNS estaria apenas  
1012 promovendo o evento. O conselheiro Luís Eugênio Fernandes Portela de Souza destacou que naquele  
1013 momento não tinha como responder àquela questão, mas iria consultar, e de todo modo lembrou a posição  
1014 do CNS, que quando era conselheiro nacional de que preservassem, respeitassem, favorecessem a  
1015 autonomia do Movimento Social, “e não poderiam dizer quem poderia, quem fosse financiado pela  
1016 gestão”, o que desejavam era que os Movimentos Sociais participassem ativamente, a exemplo da 8ª  
1017 Conferência Estadual de Saúde do Estado da Bahia que teve 300 delegados oficiais e a presença de 5 mil  
1018 pessoas que haviam participado por conta própria. No entanto, entendia que pelo menos a parte dos que  
1019 eram conselheiros já deveria ter um apoio da parte da gestão, a não ser que a entidade já pudesse garantir,

1020 porque existiam entidade que possuíam estruturas financeiras robustas e outras que não, e por isso iria  
1021 consultar a gestão, a direção e o Fundo Estadual para verificar a possibilidade, mas não gostaria que  
1022 aquilo fosse impedimento para não irem e quem tivesse seus recursos deveria ser estimulado a participar.  
1023 O conselheiro Júlio César Vieira Braga questionou se existia dotação orçamentária no Fundo Estadual de  
1024 Saúde do Estado da Bahia para representação popular, porque eram para 30 pessoas. Então, imaginou até  
1025 que a Bahia não era um estado igual ao de Sergipe, que o impacto financeiro seria grande, mas a Bahia  
1026 era o maior estado do Nordeste e não seria possível não ter condições de mandar, já que a Bahia dentro da  
1027 dotação orçamentária mandasse 30 representantes. A conselheira Lilian Fátima Barbosa Marinho propôs  
1028 que em relação às 14 vagas o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES teria que estar na  
1029 delegação. “Inclusive não consegui pensar também em ver o ex-conselheiro Moysés que representava um  
1030 movimento importante fora daquela etapa. O Moysés que digo é o que ele representa”. Disse que o  
1031 Movimento Estudantil se quisessem atingir teriam que chegar com os estudantes, lembrando que tinham  
1032 estudantes mobilizados e os Moradores de Rua tinha uma organização. O Senhor Presidente colocou que  
1033 a proposta da conselheira Lilian Fátima seria discutida no segundo item, e sugeriu que fechasse o  
1034 primeiro que seriam as 16 vagas que estavam direcionadas para o CES. A conselheira Deborah Dourado  
1035 Lopes salientou que o encaminhamento era exatamente aquele, que se tirasse o consenso das 16, porque  
1036 esta garantia tinha que ter, e as 14 vagas, disse que concordava plenamente com as falas dos conselheiros  
1037 Luís Eugênio e Lilian Fátima, não precisava o movimento ficar refém de que a gestão fosse bancar ou  
1038 não, pois “movimento que preze, se organiza e consegue participar”. O Senhor Presidente comunicou  
1039 para o pleno a aprovação da proposta da Mesa de que as 16 vagas fossem da Comissão Organizadora,  
1040 efetivo e suplente. Colocou em votação a proposta da conselheira Lilian Fátima, de que contemplassem  
1041 04 movimentos sociais: Movimento dos Estudantes; Movimento de Rua; CEBES e LGBT, e que fossem  
1042 contemplados também os Privados de Liberdade; Indígenas; Idosos; Saúde Mental; Federação dos Bairros  
1043 e quilombolas. A conselheira Lilian Fátima Barbosa Marinho salientou que não tinha inserido o  
1044 segmento de mulheres porque já estava representada, e acreditava que todos queriam ampliar: Movimento  
1045 dos Moradores de Rua; LGBT; CEBES e Movimento Estudantil não estavam ali, e a única exceção que  
1046 abriu, até por um histórico seria a questão do conselheiro Moysés que seria a única situação que saiu do  
1047 critério. No entanto, teriam que ter cuidado, porque se já tinha representação não poderiam sobrepor. A  
1048 Sra. Elisabete Lima de Moraes salientou que só iria ler o que os conselheiros listaram, mas o que a  
1049 conselheira Lilian sugeriu, automaticamente já tirariam alguns: CEBES; Moysés; Movimento Estudantil;  
1050 Moradores de Rua; LGBT; População Privada de Liberdade; Movimento dos Indígenas; Idosos; Saúde  
1051 Mental; Federação dos Bairros; Quilombolas; Pessoas com Deficiências; Ambientalistas; Passe Livre;  
1052 Povos Tradicionais e Educação em Saúde Médica. O conselheiro Júlio César Vieira Braga sugeriu a  
1053 inclusão da Associação Brasileira de Educação Médica. O conselheiro Jair Alves sugeriu o Movimento  
1054 dos Sem Teto. O Senhor Presidente declarou ao conselheiro José Silvino, já que o mesmo representava a  
1055 sua comunidade, que precisavam abrir mão também para a participação dos Movimentos Sociais,  
1056 inclusive o conselheiro já estava na Comissão Organizadora, estava com a sua vaga garantida e por isso  
1057 gostaria que fizesse uma ponderação. O conselheiro José Silvino Gonçalves salientou que não poderiam  
1058 usar aquele critério, porque correriam o risco de não colocarem pessoas importantes para contribuir no  
1059 Conselho com muita eficácia, a exemplo do conselheiro Moysés que não poderiam tirar o Conselheiro  
1060 daquele processo e aquele critério era perigoso, porque já existia assento ali, estava garantido. O Senhor  
1061 Presidente colocou que estava pedindo, não era critério e sim bom senso. O conselheiro José Silvino  
1062 Gonçalves destacou que gostaria de fazer a defesa da manutenção, porque tinham pessoas que militavam  
1063 naquele segmento, a exemplo do companheiro Hamilton Borges que representava, não só os Privados de  
1064 Liberdade, mas também suas famílias e deveria ser dirigido a ele o convite. A Sra. Elisabete Lima de  
1065 Moraes colocou mais uma vez que estavam com 16 inscrições e 14 vagas. O conselheiro Luís Eugênio  
1066 Fernandes Portela de Souza informou que todas aquelas pessoas seriam nomes a serem consultados,  
1067 então, poderiam inscrever 14 e deixar 02 de suplentes, e se por acaso um dos primeiros 14 não pudesse,  
1068 um dos dois seria convocado através da ordem que tinha sido citada. Lembrou que se tratava da Plenária  
1069 Regional do Nordeste, mas tinham que organizar a Plenária Estadual da Bahia e as Plenárias Municipais  
1070 dos Movimentos Sociais. Então, que fosse encaminhada para a Mesa Diretora para que tivessem depois  
1071 uma discussão sobre o assunto. O Senhor Presidente colocou a proposta do conselheiro Luís Eugênio em  
1072 votação que foi aprovada pelos conselheiros. Justificou a ausência da conselheira Ângela pelo fato de  
1073 encontrar-se doente; do conselheiro Francisco José, pois se encontrava no estado de São Paulo e do  
1074 conselheiro Fernando que também estava doente. Colocou em discussão a questão da Coordenação da  
1075 Mesa Diretora, onde existia o cargo da Vice-presidência, estava vago e seria da gestão, por isso o  
1076 conselheiro Luís Eugênio tinha realizado uma consulta prévia à Coordenação sobre a questão de que ele  
1077 encontrava-se como suplente da gestão. Inclusive já tinham um precedente, porque a conselheira Célia  
1078 tinha sido suplente e foi da Mesa, então, não poderiam retroagir para prejudicar e não poderiam também  
1079 prejudicar no futuro. Entendia então que aquela questão já estava superada, porém, teriam que chamar ou

1080 convocar os segmentos de gestores e prestadores para que fosse realizada a eleição. Perguntou se tinha  
1081 alguém contrário àquela colocação do “O Que Ocorrer”. A conselheira Leonídia Laranjeira Fernandes  
1082 comunicou que a conselheira Célia havia entrado na Mesa como titular, porque fazia rodízio com ela de  
1083 mandato. Quando aconteceu a inversão e iria subir, a mesma a consultou, porque não queria participar da  
1084 Mesa, então houve o consenso do pleno dela continuar, mas tinha entrado como titular. O conselheiro  
1085 Marcos Antônio Almeida Sampaio informou que quando houve o processo aconteceu também a dúvida  
1086 do que se podia ou não, e lembrou que consultaram o Regimento, onde não tinha nada que proibisse a  
1087 possibilidade de que o suplente fosse ou não da Mesa, e o que dizia era que seria preciso ser eleito pelo  
1088 segmento que o mesmo pertencia. Então, o que precisavam seria reunir o segmento, e na próxima reunião,  
1089 caso o segmento já estivesse sentado, trouxesse a sua definição e o pleno daria posse a quem fosse eleito.  
1090 A Sra. Elisabete Lima de Moraes lembrou que precisavam estar presentes, ter ata, ser gravado e todos  
1091 assinarem. O Senhor Presidente informou que a Mesa Diretora daria o encaminhamento de fazer a  
1092 convocação do segmento de gestores e prestadores para definir quem assumiria o cargo de Presidente do  
1093 CES. A conselheira Maria do Carmo Brito de Moraes justificou que não vinha indicando o seu nome para  
1094 nenhuma das comissões da organização da Conferência pelo fato de ser representante da Associação de  
1095 Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no Conselho de Criança e Adolescente, e no ano de 2015 se  
1096 estava em período de Conferência organizando a Conferência de Criança e Adolescente do município de  
1097 Salvador e estavam também trabalhando na questão do diagnóstico de criança e adolescente do município  
1098 de Salvador. Inclusive não tinham nenhum diagnóstico com relação à criança e ao adolescente do  
1099 município de Salvador, então, estava tendo aqueles dois trabalhos muito intensos com muitas reuniões, e  
1100 aquele foi o motivo de não se propor. Ressaltou a necessidade de estarem juntos discutindo também  
1101 questões relativas às crianças e adolescentes em Salvador, ainda mais com o número de mortes dos  
1102 mesmos, inclusive o seu bairro que era a Mata Escura, compreendia Tancredo Neves, Sussuarana e  
1103 Estrada das Barreiras e estavam perdendo jovens. Ultimamente havia acontecido 12 assassinatos, estavam  
1104 vivendo no silêncio, acreditava que aquilo também era saúde e discutir a questão da criança e do  
1105 adolescente era muito importante. Salientou que no dia anterior à reunião tinha sido realizada uma  
1106 Audiência Pública para discutir as condições das crianças e adolescentes de Cajazeiras e Águas Claras, e  
1107 por isso estavam “correndo” para organizar a Conferência, onde se iria discutir a questão dos Direitos  
1108 Humanos da Criança e do Adolescente fazendo o diagnóstico do município de Salvador. Estavam pedindo  
1109 a todos os espaços que houvesse a intersetorialidade, onde as crianças e os adolescentes fossem prioridade  
1110 absoluta, todos acreditassem que teríamos jovens, adultos e idosos também, considerados prioridades  
1111 nesse país e seria importante realizar. Iriam começar com as Prefeituras de Bairro, de 09 a 13 teriam as  
1112 Pré-Conferências, no mês de abril teriam a Conferência Municipal de Criança e Adolescente e logo  
1113 depois a Conferência Estadual. A conselheira Lilian Fátima Barbosa Marinho solicitou a sua saída da  
1114 representação do CES na CIB justificando que não poderia mais acumular, por isso estava pedindo  
1115 formalmente. Lembrou que teriam uma Resolução no CES em relação ao comentário feito sobre a  
1116 substituição de profissionais; tinha dito que no município de Teolândia um médico, um Ginecologista, um  
1117 Psiquiatra estava sendo substituído por um Psicólogo e que tinha tirado o Nutricionista. Quanto aos  
1118 argumentos ao esclarecimento que o conselheiro Luiz Delfino tinha dado, disse que foram extremamente  
1119 pertinentes, mas também sabiam que muitas vezes para acomodar situações políticas se alterava as  
1120 composições, não poderiam interferir na questão do município, mas poderiam ter, por exemplo,  
1121 esclarecimento do porque estava faltando profissionais. E no caso de Teolândia que ficava há poucos  
1122 quilômetros de Santo Antônio de Jesus e dificilmente não tinha um Ginecologista, que pudesse estar  
1123 atuando no Núcleo de Apoio de Saúde da Família. Psiquiatra talvez fosse até mais difícil, mas um  
1124 Ginecologista seria difícil não ter, e como não poderiam interferir especificamente no município, que  
1125 recomendassem à CIB o que fosse feito no caso de substituição de profissionais, que fosse realizada uma  
1126 argumentação para que obviamente aquilo fosse aprovado, senão a CIB só estaria legitimando uma coisa  
1127 que tinha sido uma conveniência Política local. Acreditava-se que o Psiquiatra era importante na questão  
1128 da Saúde Mental, então, não poderia estar sendo substituído por Psicólogos, salvo se não existissem  
1129 profissionais na área, então que saísse uma resolução. Solicitou da Área Técnica de Convênio da SESAB  
1130 os números dos convênios de 2007 e 2008 que ainda não tinham sido finalizados, para que tivessem uma  
1131 ideia de volume e a resposta formal ao CES do resultado da Auditoria sobre a denúncia do parto na  
1132 Maternidade de Santo Amaro, porque o Gestor Federal tinha concluído a sua auditoria, o Gestor Estadual  
1133 estava em processo de conclusão e até o momento não tinham o resultado e a Rede Nacional Feminista  
1134 aguardava aquele resultado. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio comunicou que no dia 10  
1135 de março aconteceria o Encontro do Programa Saúde +10 em Brasília, onde seriam discutidas as pautas, e  
1136 inclusive os estados e municípios iriam anotar estratégias para que fosse retomada a discussão. Solicitou  
1137 então a indicação do seu nome para que representasse o CES naquela atividade chamada pelo CNS, e  
1138 inclusive o CES já deveria ter recebido o comunicado via e-mail. O Senhor Presidente solicitou ao  
1139 conselheiro Marcos que enviasse o comunicado para o e-mail do CES já que o CNS ainda não tinha feito,

1140 e colocou para o pleno que quando recebesse teriam que verificar quantas vagas seriam colocadas para o  
1141 CES. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio colocou para o Senhor Presidente que poderiam  
1142 mandar quantos conselheiros desejassem, porque seria Plenária aberta para os Conselhos, e explicou que  
1143 tinha colocado ali a possibilidade de ser indicado, o que não impediria que outros conselheiros se  
1144 colocassem. O Senhor Presidente sugeriu que poderiam mandar 04 conselheiros de acordo com os  
1145 segmentos. O conselheiro Luís Eugênio Portela Fernandes de Souza comunicou que o Movimento Saúde  
1146 +10 reuniria várias entidades e era coordenado pelo Conselho Nacional de Saúde. Porém, não era uma  
1147 instância do Controle Social e tinha várias entidades que participavam, inclusive a Conferência Nacional  
1148 dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tiveram participação  
1149 importantíssima, e a Federação Nacional dos Farmacêuticos (FENAFAR) que coordenava com o Senhor  
1150 Ronald. Então, não era uma ação específica do CNS e nem dos Conselhos Estaduais de Saúde; acreditava  
1151 que todas as entidades deveriam ser estimuladas a ir, participar, sobretudo as entidades que tinham  
1152 representação nacional, e por isso acreditava que não se tratava de uma representação oficial do CES para  
1153 aquela reunião do Movimento Saúde +10. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio comentou  
1154 que o ofício encaminhado para o CES havia sido encaminhado para todos os Conselhos do Brasil  
1155 convidando-os a enviarem representações, sendo que, os representantes que fossem enviados pelos  
1156 Conselhos, porque também seria uma pauta que interessava, seria o debate que faziam no pleno sobre o  
1157 Saúde +10, e também tinham indicado representações para que fizessem o debate que custeariam as  
1158 passagens das pessoas que iriam. Inclusive havia solicitado que na própria agenda do CES seria um  
1159 representante oficializado ou mais de um que pudesse ser colocado. A conselheira Lílian Fátima Barbosa  
1160 Marinho colocou que o fato do conselheiro Marcos Antônio presidir o Conselho Municipal de Saúde de  
1161 Salvador seria importante a sua vinculação naquele movimento, porque ampliaria a terceira maior capital  
1162 do país. Destacou que não era candidata a nada, porém, teriam que ter uma prática de que, quem saísse  
1163 para representar o CES para qualquer espaço fizesse um relatório executivo para que todos no Conselho  
1164 pudessem tomar conhecimento, porque de fato como conselheira, ficava muito “atarantada” de saber o  
1165 quanto o CES se fazia representar e não sabiam o que tinha ocorrido. Portanto, gostaria de vincular as  
1166 duas coisas, porque em mais de um ano no CES não tinha visto nenhum dos conselheiros apresentarem  
1167 um sumário executivo das participações. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio informou que  
1168 iria passar uma visão a partir da sua realidade, e infelizmente na dinâmica que tinha em construção de  
1169 pauta do CES em diversos momentos, não só na questão de quando iriam representar o CES fora, mas  
1170 também nas comissões. Inclusive ele tinha passado um período na Comissão da Fundação Estatal de  
1171 Saúde da Família, e quando estava lá diziam que tinham mandado a prestação de contas e outros  
1172 documentos, quando na verdade não tinham sido frutos, e raros eram os momentos abertos para que os  
1173 conselheiros apresentassem a prestação de contas ou a devolutiva dos espaços. E quanto à representação,  
1174 o ofício dizia que seriam Conselhos Estaduais de Saúde. O conselheiro Walney Magno de Souza solicitou  
1175 também uma máquina de Xerox para o Conselho, o que seria interessante porque mandariam por e-mail,  
1176 o Conselho imprimiria e distribuiria uma cópia para cada conselheiro. O Senhor Presidente comunicou  
1177 que a Presidência já tinha solicitado ao conselheiro Luís Eugênio quando o mesmo visitou a sede do CES,  
1178 aproveitando e lhe mostrando tudo que faltava. E quanto ao veículo, o Senhor Secretário havia autorizado  
1179 a liberação e esperava que na próxima reunião já anunciassem a liberação do veículo, computadores e  
1180 outras pendências. O conselheiro Júlio César Vieira Braga colocou que a partir do questionamento do  
1181 conselheiro Luís Eugênio sobre o Movimento Saúde +10 não ser um movimento do ponto de vista  
1182 estrutural que o CES fazia parte, sugeriria que o CES poderia discutir se iria se engajar no movimento, e  
1183 se fosse ou não, que mandasse o representante que ele acreditava que as duas situações deveriam ser  
1184 aprovados no Conselho, que se engajassem no movimento e que indicassem no mínimo um representante.  
1185 O Senhor Presidente respondeu ao conselheiro Júlio que já estavam engajados. O conselheiro Luís  
1186 Eugênio Fernandes Portela de Souza informou que o encaminhamento do conselheiro Júlio estava  
1187 corretíssimo; acreditava que o Conselho já tinha posições a favor do Movimento de Saúde +10 de se  
1188 engajar naquela luta e seria importante que se enviassem uma representação. Sugeriu que a Secretaria  
1189 Executiva encaminhasse uma solicitação para que inviabilizasse a participação do conselheiro, e que  
1190 todos brigassem, já que sabiam que existiam dificuldades e se não brigassem não teriam nunca. O Senhor  
1191 Presidente colocou em votação e indicou o nome do conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio para  
1192 que participasse do Movimento Saúde +10. O conselheiro Jair Alves dos Santos comunicou que área do  
1193 Hospital Couto Maia estava sendo invadida para a construção de casas e moradia, o que era grave, porque  
1194 ele morava no bairro há muito tempo e estavam desmatando. Era muito ruim para a comunidade e não  
1195 sabia qual seria a atitude daquelas pessoas por se tratar de pessoas com valores diferentes. Com relação às  
1196 pessoas acometidas de hanseníase, disse que algumas estavam sendo discriminadas durante os  
1197 atendimentos, quando realizavam fisioterapias, e existiam profissionais médicos se negando a atendê-los  
1198 adequadamente. Ressaltou que seria preciso qualificar melhor os seus profissionais, ou deixá-los de fazer  
1199 a sua parte, porque a SESAB tinha determinado e algumas informações que teve foi de que para se fazer

1200 um parto natural havia sido determinado pelo Governo, e uma cesariana, caso fosse necessário, o que era  
1201 inadmissível, pois duas crianças já tinha ido a óbito justamente por o parto ter sido forçado e tudo aquilo  
1202 estava acontecendo na Maternidade José Maria de Magalhães Neto e na Maternidade Albert Sabin.  
1203 Relatou que recentemente estava com a sua sobrinha, uma criança recém-nascida que o parto tinha sido  
1204 forçado e estava na Unidade de Tratamento Intensivo se recuperando. Quando conversou com a diretora  
1205 da unidade a mesma havia lhe informado que as determinações que recebia da SESAB era que teriam que  
1206 realizar partos espontâneos e não a cesariana. “Se verificassem que uma garota de dezesseis anos não  
1207 tinha abertura, porque se forçava um parto daquele e não uma cesariana?” Então, aquelas situações  
1208 estavam acontecendo nas maternidades, e inclusive tinha ocorrido um óbito recentemente de um casal que  
1209 tinha levado uma criança e que tinha perdido a criança pela imprudência de terem forçado o parto, já que  
1210 foi detectado que a criança antes do parto estava normal. Salientou que já havia feito várias vezes e  
1211 aproveitando que estavam com uma gestão nova, porque o CES iria para cima, começar a cobrar, visitar  
1212 as unidades e iriam saber o número de óbitos mensal em determinadas unidades. Levariam para o  
1213 Conselho, precisavam tomar as providências e por falta de cuidado algumas pessoas acharem que tinham  
1214 direito de determinar o que seria feito ou não daquele parto. Salientou que era representante do MOHAN  
1215 e não se fazia Saúde Pública de qualidade se não tivessem a participação popular e de quem estivesse  
1216 praticando a saúde em determinadas situações. O conselheiro Julio César Vieira Braga destacou que todas  
1217 as questões discutidas no CES com relação à assistência eram importantes, no entanto, a escala de  
1218 prioridades infelizmente tinha que ser colocadas, porque uma coisa era mais importante do que a outra, e  
1219 inclusive tinha ficado tranquilo quando a colega da Regionalização havia dito que no processo todo,  
1220 ninguém ainda tinha sido prejudicado, mas estava vendo pessoas sendo prejudicadas, morrendo, como o  
1221 conselheiro Jair tinha dito, morrendo por falta de assistência obstétrica, crianças e mulheres morrendo.  
1222 Então, aquilo era mais urgente, e se não tinham tempo de se discutir os dois assuntos, então que  
1223 discutissem o que mais estivesse prejudicando a população, porque era bonito dizer: “discute todos, então,  
1224 vamos botar na pauta”. Não tinham tempo para colocar na pauta, então, seria irrelevante discutirem  
1225 Assistência Obstétrica no estado da Bahia, e se estavam morrendo pessoas, se iriam discutir tudo, não  
1226 teriam tempo, mas aquilo seria mais relevante do que outros temas que já tinham discutido. Disse que a  
1227 Assistência Obstétrica todos os dias era discutida no Conselho, denunciada, e os temas voltavam. Estava  
1228 morrendo pessoas por falta de Assistência Obstétrica, não pela Regionalização da saúde como havia sido  
1229 dito, não tinham pessoas morrendo por causa daquilo não, mas porque o Hospital Roberto Santos estava  
1230 com a metade dos leitos fechados. Havia crimes inafiançáveis, com pessoas que estavam com os salários  
1231 atrasados, ninguém discutia ali aquelas coisas e por isso pediu pauta para discutir Assistência Obstétrica,  
1232 pauta para discutir o fechamento das unidades de saúde terceirizadas e os hospitais públicos. Acreditava  
1233 que merecia uma pauta para cada um, e que discutisse também uma pauta sobre a questão do rombo que  
1234 tinha sido passado de uma gestão para a outra, porque tinha sido discutido, e se atualmente estava a  
1235 questão do crime inafiançável de estarem os prestadores com os salários atrasados, tinha sido porque uma  
1236 gestão anterior havia começado e não deixou dinheiro em caixa para que fosse gasta nos meses de janeiro  
1237 e fevereiro. Então, aquilo seria motivo para se colocar em pauta e discutir. Aqueles assuntos seriam mais  
1238 relevantes do que o outro que era importante para planejamento, para tudo, mas até o momento parecia  
1239 que não era mais importante do que o outro. O conselheiro Cícero Figueiredo Ribeiro ratificou o pedido  
1240 do conselheiro Luiz Delfino, enfatizando que o CES tinha como obrigação convocar o presidente do  
1241 Fundo Estadual de Saúde para que de fato explanasse o que estava acontecendo com as finanças da  
1242 SESAB, porque os prestadores não estavam sendo pagos, os hospitais públicos não estavam recebendo  
1243 repasse e os empregados estavam ficando sem receber os seus salários. O FESBA teria que abrir os seus  
1244 números, e de fato informar sobre as despesas do Estado, dizer que a receita seria tal, não daria para  
1245 cobrir, o que iriam fazer e quais seriam as deliberações a ser feitas. Solicitou a convocação do  
1246 representante que realizava a gestão financeira da SESAB para que soubessem de fato o que realmente  
1247 estava acontecendo, informasse que a gestão estava com um déficit e de que forma seria resolvido. Outro  
1248 ponto muito importante e que teria que ser levado em conta, principalmente naquele momento quando os  
1249 recursos do Estado estavam sendo reduzidos, a arrecadação estava caindo, porque sempre saúde era o  
1250 primeiro item dos cortes de orçamento que se tinha e atualmente estavam no limite do limite do bom  
1251 senso no atendimento à saúde, não só no estado da Bahia, mas em todo o Brasil. A conselheira Lílian  
1252 Fátima Barbosa Marinho salientou que aquela pauta era bastante urgente e o FESBA deveria ir para o  
1253 Conselho na próxima reunião. Havia uma data muito importante com relação à questão da mulher, já que  
1254 o mês de maio tinha toda a simbologia, e a questão da Morte Materna, então, sugeriu que fosse pautada a  
1255 Assistência Obstétrica. Comentou que o conselheiro Jair havia que como conselheiros não poderiam fazer  
1256 afirmações genéricas, porque era difícil. Por exemplo, os pacientes tinham sido discriminados, então teria  
1257 que denunciar na Ouvidoria, formalizar, tinha que se fazer aquilo enquanto avançavam em outras  
1258 questões. Em relação ao óbito da criança, informou que existia a representação do CES no Comitê  
1259 Estadual de Óbito Infantil e Fetal, e teria que verificar quem era o conselheiro, mas que fizessem

1260 formalmente para que o resultado da investigação retornasse para o CES, pois acreditava que iria dar uma  
 1261 dinamicidade e saíam da generalidade, senão ficaria muito solto. Propôs que a pauta fosse da  
 1262 Assistência Obstétrica, o FESBA poderia ser para o mês de março, a questão do fechamento das unidades  
 1263 poderia casar para março também, e se não fosse possível para abril. O Senhor Presidente respondeu que  
 1264 a Mesa Diretora iria acatar todas as solicitações dos conselheiros, mas que muitas comissões eram tiradas  
 1265 no Conselho, fossem elas permanentes ou do próprio CES. E ali os conselheiros eram indicados a  
 1266 participar, a exemplo da CEPOIF que o Conselho não estava participando. Propôs à Mesa a substituição,  
 1267 pois ficaria difícil, porque cobrava e não participava, mas teria que efetivamente cobrar, porque era um  
 1268 papel do Conselho levar até ali os relatos. Salientou que, independente dos conselheiros pautarem ou não,  
 1269 já que todos viajavam e faziam qualquer atividade, encaminhassem para a Secretaria do CES e através do  
 1270 e-mail dessem visibilidade para todos da informação, já que era o papel do Conselho.

#### 1271 SOLICITAÇÕES E DELIBERAÇÕES

1272  
 1273 A conselheira Eliane Araújo Simões solicitou um ponto de pauta para discutir a situação do Hospital  
 1274 Espanhol.

1275  
 1276 O conselheiro Luis Delfino Mota Lopes solicitou que fosse pautado um debate com o Fundo Estadual de  
 1277 Saúde da Bahia (FESBA) a fim de se discutir o atraso nos pagamentos dos prestadores. Solicitou a  
 1278 convocação do representante que realizava a gestão financeira da SESAB para que soubessem de fato o  
 1279 que realmente estava acontecendo, informasse que a gestão estava com um déficit e de que forma seria  
 1280 resolvido.

1281 O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a sessão e agendando a  
 1282 próxima reunião para o dia 26 de março de 2015, quinta-feira, às 09 horas. Não havendo mais o que  
 1283 tratar, eu Elisabete Lima de Moraes – Coordenadora do Conselho de Saúde, lavrei a presente ata, que será  
 1284 assinada pelo Senhor Presidente do CES e pelos senhores conselheiros, após lida e aprovada.  
 1285 Salvador, 26 de fevereiro de 2015.

1286 Ricardo Luís Dias Mendonça – Presidente

1287 Elisabete Lima de Moraes – Secretária Executiva

1288 Antônio Fernando Pereira Falcão

1289 Antônio Marcos Almeida Sampaio

1290 Beatrix Kunz

1291 Carlos Alberto Seixas Rio

1292 Célia Maria Alexandria de Oliveira

1293 Cícero Figueiredo Ribeiro

1294 Déborah Dourado Lopes

1295 Edson Moraes de Oliveira – Secretário Adjunto

1296 Eliane Araújo Simões

1297 Gislene Villas Boas Torres da Silva

1298 Jair Alves dos Santos

1299 José Ponde Júnior

1300 José Silvino Gonçalves dos Santos

1301 Josivaldo de Jesus Gonçalves

1302 Júlio César Vieira Braga

1303 Lázaro Ribeiro de Souza

1304 Leonídia Laranjeiras Fernandes

1305 Lílian Fátima Barbosa Marinho

1306 Liliane Elze Falcão Lins Kusterer

1307 Lourani Maria Carneiro

- 1308 Luís Delfino Mota Lopes  
1309 Luís Eugênio Portela Fernandes de Souza  
1310 Maeli Gomes de Oliveira  
1311 Marcos Antônio Almeida Sampaio  
1312 Maria do Carmo Brito de Moraes  
1313 Maria Luíza Costa Câmara  
1314 Olívia Santos Pereira  
1315 Rômulo José Valença Corrêa  
1316 Sílvio Roberto dos Anjos e Silva  
1317 Waldir Cerqueira dos Santos  
1318 Walney Magno de Souza  
1319  
1320  
1321  
1322  
1323  
1324  
1325